

ZERO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS / SETEMBRO DE 2015 - ANO XXXIV, NÚMERO 5



Suicídio

- Um caso por semana em Florianópolis ▪ SC tem o 2º maior índice do Brasil
- No mundo são 800 mil mortes por ano ▪ A imprensa não pode ignorar o tema

Páginas 10 e 11

Greve na UFSC

Cortes orçamentários deixam a universidade uma bagunça, com vários setores parados. Págs 4 e 5

Monte Cristo

Moradores convivem com o medo provocado pela violência policial e o crime organizado. Págs 7 a 9

Hóquei na grama

Atletas da seleção feminina acusam confederação de machismo e falta de planejamento. Pág 15

Voltamos para falar que nem tudo está bem

O jornalista, por natureza, é inquieto. Nós vemos o mundo de forma diferente. Quando tudo parece estar bem, é o momento de entrarmos em ação. Cumprir a nossa missão de mostrar o que estão tentando esconder. Talvez, por isso, que essa edição do Zero esteja tão cheia de tretas – no momento em que exercemos a profissão, não podemos ser de boa. Começamos com a matéria de capa, suicídio, um assunto que ousamos tratar enquanto outros veículos se censuram. É hora de trazer os números e o trabalho de prevenção. Além dela, mostramos a vida de quem mora nas comunidades que formam o Monte Cristo, que contradiz a imagem que se tem de fora de que Florianópolis é segura e não tem violência. Daqui da UFSC, um apanhado sobre como os cortes do governo afetaram a vida do

universitário e a situação da greve de estudantes, servidores Técnico-administrativos em educação (TAE's) e de professores filiados à Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes). Também um esclarecimento sobre o boato de estupro no Engarrafamento. Não poupamos nem os lavadores de carro, que estão atuando de forma irregular... Quer alguma coisa boa? Ganhamos mais uma estrelinha para a nossa coleção de prêmios.

Somos uma nova turma que está assumindo o jornal com a missão de honrar o histórico de reportagens críticas e relevantes que enfeitam as paredes da redação. Esperamos que seja tão bom para você ler quanto foi para nós produzir esta edição.

Boa leitura!



OMBUDSKIVINNA

Laura Capriglione

Capa esteticamente muito bem resolvida. Simpática mesmo. Mas, a exemplo do que ocorre com a reportagem referida, sobre a Educação Indígena, é excessivamente otimista. O menino sorrindo transmite a mensagem –falsa– de que as coisas estão bem. Mas a reportagem esclarece que “no segundo semestre deste ano não serão abertas vagas para a entrada de novos alunos (...) devido à retenção de recursos”.

A meu ver, o jornalismo crítico deveria ter sido praticado com mais ênfase na redação do texto final e na escolha da foto de capa. Todos sabemos da crise orçamentária das universidades federais. Cortes estão sendo feitos em várias faculdades e em programas de ensino, pesquisa e extensão. Entretanto, duvido que cursos como o de medicina, engenharia ou física estejam sendo penalizados com o fechamento de vagas. Esse simples fato deveria ter feito soar os alarmes da redação do “Zero” –será que, novamente, serão os mais vulneráveis, no caso, os indígenas, os que pagarão o preço mais alto da crise???

Eu não hesitaria, aliás, em colocar essa informação –sobre o fechamento de vagas para a entrada de novos alunos no segundo semestre deste ano—no lide da reportagem. E montaria todo o restante do texto para mostrar como é importante a formação indígena, de que a universidade está neste momento descuidando.

Aqui não seria o caso de mais apuração, que está bem feita, com uma grande diversidade de fontes e enfoques, mas sim de opção editorial.

A reportagem da página 3, sobre crowdfunding, peca pela parcialidade. Pelo lado dos sites, a única voz é a do Catarse. Acontece que Catarse é o que cobra taxa de administração mais elevada (13%, sem alívio na negociação) e o que impõe condições mais draconianas aos coletivos (quem não cumpre a meta

não leva nem um centavo). Hoje, outros importantes players vêm disputando o espaço do financiamento coletivo, como o Benfeitoria, o Kickante ou o Juntos-ComVc. Deveriam ter sido ouvidos, até como serviço. Um detalhe: por que a foto mostra o site fake Katarsi em vez do Catarse a que a legenda se refere?

Reportagem sobre a pista de skate é excessivamente local e tendenciosa na defesa das “expropriações” feitas pelos adeptos da prática esportiva. Ficaria melhor num fanzine, não em um jornal.

Texto de saúde, sobre as fobias, também peca pela parcialidade porque se ateu a fontes ligadas à psicanálise e às terapias cognitivas. Esqueceu-se de outra vertente terapêutica fundamental –a psiquiatria. Hoje está mais do que comprovado que o intenso sofrimento psíquico experimentado pelos portadores de fobias pode ser aliviado com drogas ansiolíticas, usadas paralelamente às terapias cognitivas e à psicanálise. A reportagem deveria ter apresentado todo o leque de opções de tratamento.

Matéria sobre a PF investigando a jornada de médicos não permite qualquer conclusão dos leitores sobre o que estaria ocorrendo agora no HU. Os médicos estão fraudando a jornada? Ou é assim mesmo e a PF é que não entende a realidade do exercício da profissão, como diz o diretor do HU? Isso acontece porque não existe uma apuração/investigação independente, feita pelo “Zero”. A reportagem limitou-se a ouvir os lados em disputa, sem apresentar aos leitores quaisquer subsídios para que eles possam formar uma convicção. Reportagem daquelas que poderia ter sido feita por telefone. Não está registrada a opinião de quem seria o maior interessado no correto funcionamento do HU: o paciente.

Letícia M. é o típico texto de revista feminina. Tudo em off, sem contexto, sem amplitude, sem credibilidade.

ZERO VENCE PRÊMIO NACIONAL

É com muito orgulho – e a tradicional responsabilidade na aposta de um jornalismo crítico, independente e de elevado interesse público – que acrescentamos mais uma marca gráfica ao cabeçalho do Zero. A nova estrela simboliza o inédito Prêmio Expocom 2015 – categoria Jornal Impresso – da XXII Exposição de Pesquisa Experimental em Comunicação, agora em caráter nacional. Duas turmas que produziram o jornal-laboratório em 2014 enviaram suas melhores produções do ano passado, garantindo, no total, seis edições, três por turma.

Entendemos que o prêmio reforça a capacidade editorial, gráfica e textual dos alunos que, com muito esforço, dedicação e talento, convidam o público a exercitar uma leitura reflexiva a cada edição. No exercício da prática, caminham para uma formação sólida e ética, na promoção da cidadania e respeito à universalidade, pluralidade e liberdade, valores tão caros e essenciais ao bom jornalismo. E escassos em tempos de crise e riscos à democracia.

Marcelo Barcelos,
professor da disciplina

Correto o texto sobre o pôquer. Eu apenas acrescentaria o tamanho econômico do jogo, hoje uma imensa indústria internacional de entretenimento.

A reportagem mais legal desta edição do “Zero” é a das drags, com fotos incríveis e aprofundamento narrativo. Vale muito.

Texto sobre a redução da maioria penal é um desperdício. Ouve Jean Carlos Cavalheiro, um jovem inteligente e contrário à redução. Mas por que ele, se sabemos que 87% da população das periferias é favorável à redução e, portanto, Jean Carlos não os representa? Um debate entre dois jovens da periferia (um a favor e outro contra), por exemplo, teria sido mais produtivo. É inexplicavelmente gratuita a foto que ilustra o texto. Nem é do entrevistado nem é da situação de jovens internados em restrição de liberdade.

Correto o texto sobre o futebol americano.

E-mail - zeroufsc@gmail.com

Telefone - (48) 3721-4833

Facebook - /jornalzero

Twitter - @zeroufsc

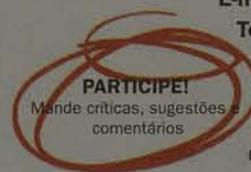
Cartas - Departamento

de Jornalismo - Centro de

Comunicação e Expressão, UFSC,

Trindade, Florianópolis (SC) - CEP:

88040-900



ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO Ano XXXIV - Nº 5 - Setembro de 2015 **EQUIPE** Amanda Reinert, Amanda Ribeiro, Ana Carolina Fernandes, Ariane Cupertino, Bruna Ritscher, Bruno da Silva, Daniella Coriolano, Débora Baldissera, Dener Alano, Gabriel Lima, Gabriela Dequech, Gisele Bueno, Júlia Rohden, Juliano França, Karine Lucinda, Laura Prada, Leise Silva, Lilian Koyama, Luara Loth, Luiz Gabriel Braun, Marina Simões, Matheus Faisting, Mônica Custódio, Natália Huf, Paula Barbabela, Roberto Granzotto, Rubens Lopes, Sandy Costa, Sarah Laís, Simone Feldmann, Talita Burbulhan, Valdo Santos, Valmor Neto e Vinícius Bressan **EDIÇÃO** Dener Alano, Gisele Bueno, Luiz Gabriel Braun e Vinícius Bressan **ILUSTRAÇÃO** Amanda Ribeiro, Luiz Fernando Menezes **CAPA** Amanda Ribeiro **PROFESSOR-RESPONSÁVEL** Marcelo Barcelos MTb/SP 25041 **MONITORIA** Ayla Passadori, Gabriela De Toni **IMPRESSÃO** Gráfica Grafnorte **TIRAGEM** 5 mil exemplares **DISTRIBUIÇÃO** Nacional **FECHAMENTO** 15 de setembro

Melhor Jornal Laboratório - I Prêmio Foca
Sindicato dos Jornalistas de SC 2000

Melhor Jornal-Laboratório
EXPOCOM SUL 2015

3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 1994

Melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 2015

Melhor Peça Gráfica Set Universitário / PUC-
RS 1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998

UFSC

Lava-carros funcionam sem regulamentação

Projeto busca instituir normas para a atividade dos profissionais que trabalham na universidade

Quem frequenta a UFSC já deve ter percebido a quantidade de lavadores de carros que há no campus. A equipe do *Zero* encontrou mais de 20 locais onde há, pelo menos, uma placa de identificação do serviço. Mas será que essa atividade, prestada há quase cinco décadas, é feita de maneira legal?

Em 2008, o professor Cláudio Amante e o servidor Dalton Barreto começaram um processo, junto à Procuradoria, para permitir o ofício. O objetivo era monitorar as atividades feitas no espaço público. Foi definido que eles seriam cadastrados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Prae), a fim de que os serviços fossem regularizados.

Acontece que o *Zero* encontrou várias irregularidades nos pontos de lavagem. Entre elas, está o desperdício de água. Também não existe tabela de preços, nem um padrão que identifique os locais. Alguns lavadores ocupam vagas de estacionamento. Outros não pagam a taxa de vinte reais, referente à luz e à água. Há, ainda, a questão do descarte de resíduos nos riachos que passam pela Universidade. A assessora da Coordenadoria de Gestão Ambiental da UFSC, Ariane



Grande parte dos lavadores de carros trabalha apenas dentro da Universidade e sustenta a família com a renda obtida

Laurenti, considera que não se deve usar o termo irregular. "Eu diria que a palavra mais correta seria uma atividade informal."

O atual responsável pelos trabalhadores é o professor Clarilton Ribas. Ele é o idealizador do Lavador Cidadão, projeto que visa regularizar o serviço de lavagem de carros. Ribas defende que o projeto se enquandra como social, já que muitos lavadores têm os lava-carros como única fonte de renda. Para o professor, "o proble-

ma é que tem gente que se alimenta com o que arrecada das lavagens". Ele acredita que é necessário implementar ações de caráter cultural.

Essa ideia faz parte das normas mínimas internas, documento que padroniza o funcionamento do serviço. Uma das medidas é estipular um valor fixo. O lavador também deverá manter o ponto limpo e o crachá preso à camisa. Além disso, menores de idade não poderão exercer a função. O professor Clarilton entende que "não

ele queria tirar minha vaga. Pedi para tirar o cavalete. Ele começou a mexer, mas acabou tirando". Já o professor aposentado do Departamento de Mecânica, Lourival Boehs, 66, diz que usa o serviço há mais de 30 anos. "Não tenho nada a reclamar. É bom e confiável."

Por enquanto, não há um amparo legal que permita a utilização do espaço da Universidade para esses fins. O projeto procura regularizar o serviço sob uma forma que não pareça au-

pode continuar desse jeito. Tudo vai somando e gerando uma insatisfação do público da Universidade".

A estudante Daniela Camero*, 43, conta que, ao chegar à UFSC, um lavador se aproximou e bloqueou a entrada, pedindo que ela colocasse o carro em outro lugar. "Fiquei indignada ao ver que

toritária. "Não podemos passar como um trator por cima deles, entendeu?", salienta Ribas. Conforme destaca Ariane Laurenti, o lado social, a questão institucional e o aspecto ambiental devem ser analisados em conjunto.

Até agora, já se conseguiu fazer um crachá para cada lavador. Há, também orçamento para comprar camisetas e outro para colocar placas de identificação. A ideia é, aos poucos, legalizar a atividade. "Já pensou botar um trabalhador na rua depois de 35 anos num espaço no qual ele simplesmente tira o sustento da família?", enfatiza Ribas.

Osni João Vieira é pai de cinco filhos e lavador de carros há 49 anos. Todos os seus filhos seguiram a mesma profissão. Hoje, aos 64 anos, é um dos lavadores mais antigos da UFSC e sobrevive apenas disso, lavando de três a quatro veículos por dia. De segunda a sexta, veste o colete amarelo e vai para o estacionamento do CTC. Osni afirma que procura fazer as coisas sem prejudicar ninguém.

*Nome fictício para preservar a fonte

Juliano França
jdejuliano@hotmail.com
Valdori Santos
reportervaldosantos@gmail.com
Sarah Laís
srt.sarahlais@gmail.com

Bar Engarrafamento: o caso não confirmado

Boato sobre série de estupros envolvendo o estabelecimento começou nas redes sociais

"Bar de estupradores" era a pichação escrita na fachada do bar em que as duas repórteres entraram. Tentando decidir o melhor plano, as moças escolheram uma mesa e observaram o movimento. "Diminuí bastante, costumava ser bem mais cheio", garantiu uma delas. Numa mesa do lado de fora, elas puxaram um bloquinho e começaram a fazer anotações. Um dos garçons as rondou até que decidiram pedir uma cerveja — que foi aberta e servida na frente delas, só por garantia.

No dia 17 de agosto, o Centro Acadêmico Livre de Ciências Sociais (Calcs) da UFSC publicou, em sua página no Facebook, uma denúncia anônima de "X casos de estupros de pessoas conhecidas, em um bar nas redondezas da Universidade". Para proteger as vítimas, o Calcs omitiu o número de casos e o nome do estabelecimento.

No dia seguinte, o Coletivo Pra Fazer Diferente decidiu publicar outro texto em sua página na mesma rede

social, que começava com a frase "Nós damos nome aos bois!". O grupo afirmou que garçons do Bar Engarrafamento, no bairro Carvoeira, colocaram drogas nas bebidas de algumas meninas para que elas "apagassem". Em seguida, a acusação era ainda mais grave: os funcionários teriam estuprado as estudantes após o expediente do bar.

Em tempos de internet, não é de se surpreender que (quase) tudo tenha acontecido via redes sociais: a denúncia por parte de um perfil anônimo, o pronunciamento do dono do bar, a repercussão nas páginas de coletivos. Mas é muito fácil dizer o que se pensa na internet, assim como é fácil assumir uma identidade que não é a sua própria. A maneira como se deu essa história apresenta indícios para que se acredite que tudo não passa de um boato — e que ninguém sabe onde começou.

O que complica casos como esse é que não existe uma delegacia especializada em crimes de internet. É

interessante questionar até que ponto o que acontece no meio digital pode afetar o mundo real, pois, caso não seja comprovado que houve estupro, a denúncia pode ser tipificada como calúnia e difamação (artigos 138 e 139 do Código Penal). E não sofre apenas quem iniciou o boato: quem compartilhou a informação também pode ser punido.

De bar em bar, as repórteres do *Zero* andaram pelo entorno da UFSC, tentando, sem sucesso, contato com Marcio Pamplona, proprietário do Engarrafamento e de outros três estabelecimentos próximos à Universidade. Os funcionários sempre repetiam que não tinham autorização para passar o número do telefone do chefe e que ele devia estar em algum dos outros bares: "Com quatro casas, fica difícil até pra gente saber onde ele está".

Mas são casos como o de uma estu-



Frase acusatória foi pichada na parede duas vezes desde que a denúncia foi feita no mês de agosto

dante, que preferiu não ser identificada, que reforçam a suspeita da denúncia. A jovem e uma amiga foram ao bar uma noite. Inesperadamente, um garçon levou bebidas até a mesa das duas, sem que elas tivessem pedido. Já bebendo uma cerveja, elas recusaram os drinks, supostamente enviados por dois rapazes numa mesa próxima. Para elas, fica a dúvida: teria sido um flerte ou uma tentativa de drogá-las?

Nas três semanas entre a denúncia e o fechamento desta edição, não hou-

ve registro de boletim de ocorrência, nem pronunciamento de nenhuma vítima de estupro. Em dez tentativas, a reportagem procurou informações no 6º Distrito de Proteção à Mulher, localizado no bairro Agrônômica, e só conseguiu contato com uma plantonista, que disse não haver registro sobre o caso.

Natália Huf
natalia.huf@gmail.com
Mônica Custódio
monicacustodioc@gmail.com

Com cortes de verbas na educação, universidade

Greve dos técnicos, falta de professores e cursos paralisados chamam atenção para precariedade

O primeiro reflexo do corte de R\$ 8,6 bilhões na Educação, anunciado pela presidente Dilma Rousseff em maio deste ano foi a greve nacional da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), que abrange servidores das universidades públicas de todo o país. A intenção dos profissionais era pressionar o governo para melhores condições de trabalho e salário. Desde o dia 4 de Junho, os estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) ficaram sem acesso à Biblioteca Universitária (BU), ao Restaurante Universitário (RU), à PRAE e outros serviços essenciais.

Com o corte de verba, programas de ensino, pesquisa e extensão e de Pós-Graduação foram as atividades mais afetadas. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), instituição do Ministério de Educação (MEC) responsável por financiar programas de mestrado e doutorado, afirmou o repasse de R\$ 1,65 bi para seus programas de pós-graduação (Proex, Prosup, Reuni e Prouni). Entretanto, universidades públicas de todo o país têm enfrentado dificuldades para manter as atividades, e afirmam que o repasse foi abaixo do comunicado.

De acordo com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), o repasse para a instituição — que antes chegava a R\$ 4 milhões — foi de apenas R\$ 1 milhão. Em nota, a administração da UFBA relatou que o pronunciamento da Capes foi tardio e que “por estas razões, a implementação desta medida levará à paralisação, de fato, da atividade de pós-graduação na maioria das universidades do país”.

Na UFSC, os programas de pós-graduação também tiveram corte de 75% no valor previsto para despesas com participações em congressos e financiamento de bolsas de doutorado no exterior, entre outras atividades previstas no programa. Em

nota publicada em agosto, o Centro de Ciências da Educação (CED) se colocou contra os cortes de verbas para atividades de ensino, pesquisa e extensão e disse que, a curto e médio prazo, será notável a redução de produção científica nas universidades brasileiras: “Vivemos, portanto, um momento crucial para resistir, unir forças para pressionar pela revisão dos cortes e garantir que a educação pública não seja negligenciada no orçamento do próximo ano”.

Permanência estudantil

Em 2007, a UFSC aderiu ao REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), aumentando o número de vagas ofertadas, criando novos cursos de graduação e facilitando o acesso de muitos alunos às universidades públicas. Apesar da expansão, a carga administrativa e as políticas de permanência não acompanharam o crescimento promovido. Em 2015, cerca de três mil estudantes entraram através do sistema de cotas (47,5% das 6511 vagas ofertadas pela UFSC foram reservadas para Política de Ações Afirmativas). Em contrapartida, há 167 vagas na

moradia estudantil e 2068 bolsas estudantis no valor de R\$ 555 destinadas à toda a universidade. Devido à greve dos TAEs, os calouros ingressantes no segundo semestre de 2015 enfrentaram dificuldades em concluir o cadastro socioeconômico e concorrer a algum benefício. Em nota divulgada no dia 22 de agosto, a Reitoria anunciou que “ações foram executadas em caráter excepcional, considerando-se a situação de risco à vida ou a permanência dos recém ingressos: a) isenção do custo da alimentação no restaurante dos Volantes enquanto o RU estiver fechado; b) alojamento provisório no Módulo III da Moradia Estudantil; c) agendamento prioritário para análise do

Cadastro Socioeconômico no Serviço Socioassistencial da CoAes no retorno das Assistentes Sociais ao setor, após o fim da greve.”

Segundo Vanessa Canei, estudante de Relações Internacionais e bolsista na PRAE, o agendamento para a realização dos cadastros está mantido para priorizar os calouros, mas o cadastro não garante os benefícios. No edital sobre o Programa Bolsa Permanência, 150 bolsas são ofertadas e o lançamento de novo edital está previsto após a greve, mas ainda há dúvidas por parte dos estudantes sobre a fonte de recursos para as novas vagas, que seriam superiores aos anos anteriores. “Sem mobilização estudantil, esses estudantes terão que abandonar a universidade, e isso é algo que não podemos permitir. Infelizmente, não temos apoio do DCE pra nada em relação a permanência, o que torna tudo ainda mais difícil”, diz Vanessa.

A atuação do DCE é um dos pontos criticados durante as paralisações dos estudantes. “O que existe por parte do DCE é uma tentativa de desmobilizar a união das três categorias dentro da UFSC: a entidade ignora que estudantes também são trabalhadores e que toda a precarização das outras categorias reflete naqueles que deveriam ser representados pelo diretório.” reclama a estudante do CA de Serviço Social, Luana Costa. Segundo os alunos do Centro Acadêmico de História, apesar de alguns estudantes do curso serem do Diretório, não houve tentativa de comunicação entre os representantes. Thiago Pimentel, presidente do CA de Economia, afirma que, ao menos em seu curso, houve

um diálogo com a entidade: “Entendo que o DCE deve assumir um papel fundamental nas lutas estudantis por melhores condições de estudo e permanência, e assim espero que o faça; até porque o movimento estudantil só tende a perder se o DCE

“Não temos apoio do DCE para nada em relação a nossa permanência, o que torna mais difícil”



Restaurante Universitário voltou a funcionar em 31/08 com funcionários terceirizados, o que gerou protestos

22
maio

Dilma anuncia o corte de R\$ 8,6 bilhões na Educação

É protocolada a greve nacional da Fasubra, em Brasília

01
junho

Cerca de 300 servidores filiados à Fasubra decidem pela adesão a greve nacional da categoria

04
junho

Fechamento do RU

22
junho

Conforme representantes do Comando Local de Greve Docente, pelo menos 15 professores da UFSC aderem à Greve Nacional Docente

11
agosto

Estudantes, servidores e professores da Arquitetura deliberam em Assembleia a greve do curso

14
agosto

Alunos do Departamento de Geociências decidem em Assembleia paralisar suas atividades

vive instabilidade

não assumir esses espaços de reivindicações", diz. A reportagem entrou em contato com o Diretório, mas não obteve resposta até o fechamento da edição.

Outro ponto que, segundo depoimentos, impediu a continuação das paralisações dos estudantes foi o assédio por parte dos professores. Houve relatos de alunos sobre professores que não apoiam a greve dos estudantes, intimidando-os por e-mail, aplicando tarefas e exigindo presença em sala de aula, sem possibilidade de debate.

Falta de professores e infraestrutura

No curso de Ciências Econômicas, seis disciplinas obrigatórias estão sem professores, contabilizando 282 cadeiras vagas. Para que essa demanda fosse suprida, seria necessária a contratação de dois professores substitutos e um efetivo, já aprovados em concurso. Mas, com a Secretaria de Gestão de Pessoas (Segesp) paralisada em função da greve dos TAEs, os substitutos aprovados em processo seletivo não podem assumir seus cargos.

O curso de Relações Internacionais também está com falta de professores: são quatro disciplinas obrigatórias e 176 alunos sem aula. Embora não haja indicativo de greve estudantil nesses cursos, foi realizada na terça-feira, dia 1º de setembro, uma aula pública para discutir os impactos da crise econômica na UFSC, especialmente voltada aos cursos de RI e Economia.

Com Segesp parada, 60 aprovados em concurso público aguardam nomeação para assumir os seus cargos

Paralisado desde 19 de agosto, o curso de Artes Cênicas está sem professores para três disciplinas obrigatórias do sexto período. Existem dois substitutos no quadro docente, porém, a recontração destes é incerta. Por ainda não ter espaço físico próprio, as aulas do curso são ministradas em salas "emprestadas" pelo Centro de Física e Matemática (CFM) e pelo curso de Design, no Centro de Comu-

nicação e Expressão (CCE).

Sem professores para três disciplinas, o curso de Matemática também pede por melhor infraestrutura: "Nosso prédio de aulas e nossos programas de extensão estão sendo engolidos a cada volta às aulas, e não há sinal de construção de um prédio novo. Estamos perdendo nosso espaço", afirmou o presidente do Centro Acadêmico Livre de Matemática (Calma), Guilherme Wagner.

Em memorando circular, a Segesp divulgou que são aproximadamente 60 candidatos aprovados em concurso público aguardando a nomeação, assim como os aprovados em processo seletivo. Novos processos seletivos também não estão sendo realizados.

Pautas específicas

Os movimentos dos estudantes também trazem para debate as solicitações específicas de cada curso. Os CAs de Filosofia e História incluíram, entre os motivos da greve deflagrada no mês passado, a participação dos estudantes na reestruturação curricular e a ampliação da biblioteca setorial. Durante a Assembleia Geral dos Estudantes da UFSC, alunos do curso de Letras Libras criticaram a falta de tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais qualificados para atuar em serviços essenciais aos estudantes, como o HU, a PRAE e a BU. O Centro Acadêmico de Farmácia deflagrou a paralisação no dia 17 de agosto para chamar a atenção da reitoria quanto aos problemas na compra de materiais para aulas práticas, como reagentes químicos. Já os alunos do departamento de Geociências, paralisados no início do segundo semestre, exigiram a regularização das condições das saídas de campo, como o pagamento/reembolso aos alunos e professores dos gastos, e fazer com que elas estejam previstas no plano pedagógico do curso, bem como disponibilizadas nos planos de ensino dos professores.

Lilian Koyama
lizkoyama@gmail.com
Natália Huf
natalia.huf@gmail.com
Karine Lucinda
karine.lucinda@gmail.com
Gabriel Lima
gabrielduwe@gmail.com
Sandy Costa
sandykossta@gmail.com

RU fica fechado por quase três meses

O Restaurante Universitário (RU) foi fechado no dia 4 de junho por conta da greve dos servidores técnicos-administrativos (TAEs). Assim como as anteriores, essa paralisação teve apoio parcial de professores e alunos. Para minimizar o impacto da greve, os alunos com inscrição aprovada no Sistema de Cadastro Socioeconômico receberam R\$ 7,50 por refeição, e para os demais, foi disponibilizado almoço no RU do Centro de Ciências Agrárias (CCA).

Em nota divulgada no site da UFSC no dia 24 de agosto, a Reitoria anunciou a reabertura do restaurante e a terceirização temporária dos cargos dos quatro servidores grevistas - os demais funcionários já são terceirizados e trabalharam no RU do CCA durante a paralisação. O Sindicato dos Trabalhadores da UFSC (Sintufsc) repudiou a ação e considerou que a Reitoria estava desrespeitando o direito de greve dos servidores. Em assembleia, o Conselho de Base dos Estudantes (CBE) convocou representantes dos Centros Acadêmicos da UFSC para declarar-se, por 14 votos a 13, além de quatro abstenções, contra a reabertura.

A reportagem procurou a diretora do Restaurante Universitário em exercício, Carla Fernanda Silva Athayde da Silva, que preferiu não se pronunciar. Para retomar as atividades, foi necessária a contratação temporária de dois nutricionistas, um auxiliar de almoxarifado e um eletrotécnico, no custo total de R\$ 66.504,58. O Restaurante deve funcionar normalmente por pelo menos 90 dias - tempo de duração do contrato dos novos funcionários.

Apesar da expectativa por protestos na reabertura, o Restaurante retomou as atividades normalmente no dia 31 de agosto, após quase três meses fechado. Neste dia, as únicas manifestações foram cartazes, pendurados do lado de fora do restaurante, que repudiavam a reabertura por conta da terceirização e reivindicavam respeito à greve dos servidores.

No dia da reabertura do RU, o estudante de Economia Manoel Silva estava na fila desde às 10h30 e foi o primeiro a entrar no restaurante. Segundo ele, a reivindicação dos servidores é justa, mas não pode afetar atendimentos essenciais aos estudantes, como o Restaurante e a Biblioteca Universitária (BU): "Sou aluno isento e tive o benefício financeiro durante o fechamento, mas sei de muitas pessoas que tiveram dificuldades para conseguir almoçar durante esse período".

Os "catracaços"

Os TAEs, em conjunto com os alunos e professores a favor da greve, intervieram no acesso ao restaurante, liberando as catracas e permitindo a entrada gratuita dos estudantes no almoço do dia 2 de setembro. O ato se repetiu ao longo da semana. Segundo o Comando Local de Greve, os "catracaços" foram deliberados em assembleia realizada no dia anterior com o objetivo de chamar a atenção da universidade para a terceirização de cargos não extintos. Em nota publicada no site do Sintufsc, no dia 2 de setembro, os servidores afirmam que a postura da administração da UFSC foi um ataque à greve: "Além de explorar os terceirizados, que trabalham dobrado, a oferta de comida ficou abaixo do padrão oferecido normalmente pelo restaurante".

Contrário aos "catracaços", o Diretório Central dos Estudantes (DCE) entende que o ato é um desrespeito aos funcionários do Restaurante, e que não pagar pela refeição significa causar prejuízo ao orçamento da Universidade. O DCE solicitou à Reitoria funcionários para recolher os passes de quem quisesse pagar pelo almoço do dia 4. Segundo dados do Diretório, foram recolhidos 1.231 passes, cerca de 25% das cinco mil refeições servidas naquele período.

Cerca de 70 pessoas se reúnem em Assembleia docente convocada pelo Comando Local de Greve

21
agosto

Reitoria anuncia a reabertura do RU
CFH decide pela greve em Assembleia Estudantil

24
agosto

Assembleia Geral dos Estudantes da UFSC: criação de um Comando de Greve Estudantil, que unifica os comandos dos mais de 19 cursos em estado de greve ou mobilização

25
agosto

2ª Assembleia Geral da Comunidade Universitária: aprovada a unificação da pauta. A partir de agora, as categorias apoiam as demandas umas das outras

26
agosto

Ato unificado dos Servidores Federais em greve pelas ruas do Centro pela melhoria dos salários, serviços públicos de qualidade para a população e contra o ajuste fiscal

27
agosto

Reabertura do RU

31
agosto



Inez Cristina da Silveira trabalha como taxista há seis anos e relata que, apesar de nunca ter sido assaltada, já passou por alguns episódios intimidadores durante as madrugadas nas ruas de Florianópolis

Insegurança afeta o trabalho dos taxistas

Temendo assaltos, motoristas deixam de atender comunidades que têm histórico de violência

É noite quando o casal, com não mais que 30 anos, se aproxima do táxi onde Vanderlei da Silva, 47, aguarda os passageiros na Praça XV de Novembro, no Centro de Florianópolis. Eles entram no carro e pedem para o motorista os levar até a rua General Vieira da Rosa, na localidade conhecida como Monte Serrat. Por conta do nevoeiro e, já alertado pelos colegas dos frequentes assaltos na região, o taxista para o carro em frente a uma escola, na rua solicitada, e avisa que não pode ir além daquele ponto. A lâmina da faca espeta a barriga do motorista, enquanto o homem, sentado no banco traseiro, ordena que ele continue o trajeto até chegar em frente a uma igreja evangélica no alto do morro. Os criminosos saem levando o celular do taxista e os R\$100 que ele tinha na carteira.

A violência e a insegurança das ruas são sentidas por quem trabalha nas madrugadas de Florianópolis, principalmente taxistas, que não dispõem de sistemas eficazes de proteção, tornando-se alvo da ação dos criminosos. Temendo os assaltos, motoristas deixam de levar os passageiros nas comunidades onde o índice de violência é mais elevado. De acordo com Zulmar de Faria, presidente do Sindicato dos Taxistas de Florianópolis e Região, esta não é a recomendação passada aos motoristas, pois segundo ele “o direito de ir e vir das pessoas não pode ser prejudicado”. Entretanto, moradores de regiões como o Maciço do Morro da Cruz e Monte Cristo deixam de ser atendidos pelo serviço a partir das 20h.

Além dos três assaltos que sofreu, Silva, citado no começo da reportagem, relembra o momento mais dra-

mático que passou durante os anos de profissão. Aconteceu quando três jovens embarcaram no táxi, por volta do meio-dia, e pediram para serem levados ao bairro Serraria, em São José. No percurso, um dos rapazes atendeu o celular e disse que eles já estavam preparados para uma troca de tiros. “Quando vi os três sacarem as armas que guardavam dentro dos calções, parei o táxi em frente a um bar e disse que não entraria no meio do tiroteio. Ao ver os traficantes rivais no bar do lado de fora, os três rapazes se esconderam dentro do táxi e apontaram a arma para mim pedindo para que eu saísse dali o mais rápido possível. Então os deixei noutro ponto do bairro e eles me pagaram pela corrida. Recebi o dinheiro tremendo”.

Por trás de dois monitores na sede da Associação dos Taxistas de São José e Florianópolis, José Henrique Weber acompanha as transmissões via rádio feitas pelos mais de 2.100 profissionais na região da Grande Florianópolis. É ele quem anota esporadicamente, em um caderno, as ocorrências envolvendo taxistas e também fica responsável por acionar a polícia nos casos mais graves, como sequestro, agressão ao motorista ou roubo do veículo. Apesar da inconsistência dos dados sobre assaltos, a Associação reconhece a falta de segurança dos trabalhadores. De acordo com o presidente Carlos Humberto Vieira, a instituição implantou um sistema de rastreamento que já abrange cerca de 50% dos veículos cadastrados. “A segurança dos taxis-

tas é zero, porque eles ficam expostos depois que os passageiros entram no carro. Tentamos ampliar a segurança dos trabalhadores instalando cabines para os motoristas, mas isso gerou uma rejeição por parte dos usuários, que não se sentiam confortáveis, então as cabines começaram a ser retiradas”.

Há 35 anos trabalhando como taxista em Florianópolis, Carlos Alberto Vieira, 56, conta que já sofreu pelo menos cinco assaltos enquanto trabalhava. O primeiro aconteceu quando

“A segurança dos trabalhadores é zero. Eles ficam expostos quando o passageiro entra no carro”

transportava um passageiro que ia da Capital para o município de Biguaçu. Quando chegamos na BR-101, ele apontou a arma para mim, mandou eu parar o carro, entregar o dinheiro que tinha e descer. Eles encontraram meu carro em Curitiba algum tempo depois. Naquele dia, soube que ele também havia assaltado outros 15 taxistas aqui na região”. Em outra ocasião, após deixar um passageiro no bairro Monte Cristo, ele foi impedido de sair por um homem que bloqueava a passagem, numa bicicleta. “Ao menos quatro homens também cercaram o carro e um deles veio na minha janela pedir que eu entregasse o dinheiro. Disse que não tinha nada, pois havia começado o turno no táxi, então o cara que estava na bicicleta abriu um espaço e eu

acelerei o carro. Foi assim que consegui escapar”.

A ausência de registros sobre os casos de violência contra os profissionais, tanto por parte do Sindicato como da Associação dos Taxistas de São José e Florianópolis, não permite chegar a um número exato de ocorrências e dos tipos de agressões sofridas. Entre os taxistas, é comum a ideia de que o registro do boletim de ocorrência é ineficaz. De acordo com a delegada Ana Cláudia Ramos Pires, da Delegacia de Repressão a Roubos da Capital, nos seis meses em que está à frente da instituição, foi realizado apenas um boletim de ocorrência por parte dos taxistas. Ana Cláudia pontua ainda que o registro dos boletins é fundamental para a criação de estratégias de proteção à segurança pública, pois o trabalho da polícia depende de estatísticas que são alimentadas pelo sistema. “Através desses registros é possível definir os horários e locais com maior incidência dos crimes e o modo de operação dos criminosos”, destaca.

Valmor Neto
valmorneto88@gmail.com



O morador não é o inimigo

Chico Mendes e Novo Horizonte, duas comunidades da periferia de Florianópolis, vivem acuadas entre a polícia e o crime

Como tu conseguiu vir?", a mulher perguntou. Dona Milita fingiu um dor de cabeça súbita e foi embora da reunião sobre economia solidária. A moça que fez a pergunta em tom de ironia mora na Beira-Mar Norte; Milita Maria Marques vem do bairro Monte Cristo, na parte continental de Florianópolis. Naquela manhã, Milita ouviu do vizinho que foram quase 20 minutos de tiroteio entre os grupos ligados ao crime organizado. O medo fez parecer uma eternidade.

A moradora saiu de casa e encontrou uma mãe desesperada por causa do filho baleado no confronto da noite anterior. Com um nó na garganta, Milita pegou o ônibus em direção ao Centro da cidade. A líder comunitária vive em Nova Esperança, comunidade que faz parte do Monte Cristo. Já acostumada a conviver com o tráfico de drogas e com a ação ostensiva da polícia, desabafa: "Nos últimos meses, a guerra tomou uma proporção como nunca antes". A pergunta da moça de classe média irritou Milita: "Quando matam um dos nossos, essa gente faz graças a Deus, mas era uma das crianças da nossa comunidade, e que poderia ser tão boa quanto o filho dela". Correu em direção à Câmara de Vereadores, subindo cada degrau do prédio decidida a fazer algo.

A resposta do Estado para o aumento da violência entre os grupos rivais que controlam o tráfico de drogas no Monte Cristo foi intensificar o policiamento. Hoje, é o único bairro no Continente com uma viatura própria para

o patrulhamento. Ao lado da Via Expressa, rodovia que une a BR-101 à Ilha, o Monte Cristo é um mosaico de nove comunidades: Monte Cristo, Nossa Senhora da Glória, Novo Horizonte, Chico Mendes, Nova Esperança, Santa Terezinha I, Santa Terezinha II, Promorar e Panorama. O último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indica que é o décimo maior bairro de Florianópolis, com 12.707 habitantes. Há divergências: segundo o site do Centro de Educação e Evangelização Popular (Cedep), organização não-governamental que atua na área desde 1987, a população gira em torno de 20 mil. Os moradores mais antigos concordam com esse número, confirmado também pelo Comando do 22º Batalhão da PM, responsável pelos 11 distritos do Continente. No Monte Cristo, o rendimento médio mensal por pessoa é de R\$ 616,73, quase três vezes menor, se comparado ao município de Florianópolis, com renda *per capita* de R\$ 1.731,91 (IBGE, 2010).

Do conflito, acirrado em novembro de 2014, surgiu a operação "Ordem e Progresso", uma parceria entre a Polícia Civil e a Polícia Militar que investiga o tráfico de drogas e as facções criminosas que estariam atuando no local há cerca de uma década. Apenas nos dias das três etapas da operação - realizadas em 30 de maio, 30 de julho e 14 de agosto de 2015 -, foram efetuadas cerca de 75 ordens judiciais de busca e apreensão nas comunidades. Essas ações resultaram em quase 30 prisões e apreensões entre adultos e adolescentes e dez armas foram confiscadas. Além de drogas, principalmente maconha, apesar do crack ser a substância mais vendida na região. O delegado que comandou a operação, João Fleury, da Divisão de Combate ao Narcotráfico (Denarc), não soube informar quantas dessas

pessoas permaneceram presas e nem o custo total. "Não dá para acabar [com o tráfico]. Nós enxugamos o gelo, mas se não enxugar, transborda. E se transbordar afeta vocês que vêm bater aqui e perguntar por que a gente não fez nada", refletiu Fleury sobre os limites da operação.

O Batalhão de Operações Especiais (BOPE) também atuou recentemente no Monte Cristo, durante 27 dias, na operação "Saturação de Tropas Especializadas (OSTE)". Entre 4 e 31 de agosto, o 22º Batalhão da PM transferiu a territorialidade para o BOPE. A operação OSTE resultou em 17 prisões e apreensões de adolescentes. O comandante Marcos Barreto Valença, afirma que todos os presos estão relacionados a grupos do crime organizado.

Segundo a defensora pública estadual especializada em casos de acusação de envolvimento com o crime organizado, Fernanda Mambrini Rudolfo, a violência policial que já existe costuma ficar mais evidente durante operações policiais especiais: "Para que exista essa ocupação, há uma cobrança muito grande por resultados imediatos. Só que isso não existe em segurança pública. Então, a repressão aumenta".

Mão no paredão e territórios proibidos

Soltar pipa na favela em que cresceu. Este é mais um dos direitos das crianças do bairro que não é respeitado, pelo menos não enquanto o grupo que comanda o tráfico de drogas na Chico Mendes e o grupo rival na Novo Horizonte estão em "guerra", como todos nomeiam o confronto. Mas não é só o crime organizado que limita o direito da população, com suas intrigas, caguetagens, tiroteios e toques de recolher. Um garoto negro de dez anos conta que foi abordado por policiais militares enquanto empinava pipa na praça perto da Via Expressa. Arrancaram os carretéis, com linhas sem cerol e as pipas. O brinque-

do foi quebrado diante do seu rosto. Com medo, o menino correu para contar aos amigos que o policial quase enfiou uma das varetas no seu olho. O relato se espalhou e chocou educadores e outros jovens já acostumados com o tratamento violento que denunciam predominar no bairro, ocupado por forças policiais.

Cláudio de Souza é educador e instrutor de skate do Fênix, projeto que atrai os jovens em situação de risco por meio dos esportes radicais, dentro do Cedep. Mora há dois anos em Florianópolis e garante já ter descoberto que não vive em uma Ilha da Magia: "Já diziam os Racionais MC's: 'o mundo é diferente da ponte para cá'. Aqui, para onde você olha

só vê polícia. Se ocupar as comunidades com BOPE fosse a solução, o Rio, de onde eu venho, seria o paraíso".

Segundo os moradores, o conflito e a violência entre grupos ligados ao tráfico de drogas e de armas aumentou e os tiroteios começaram a ser frequentes, inclusive durante o dia. Saíram dos becos e tomaram conta das ruas mais movimentadas, como a Avenida Joaquim Nabuco. Traficantes chegaram a ir às escolas para avisar dos confrontos e ordenar que os pais buscassem os filhos antes das 17h. Quando assumiu o comando do 22º Batalhão, Marcos Barreto Valença soube que dos sete homicídios registrados no continente, cinco foram no Monte Cristo. De acordo com o comandante, a polícia comemorou 30 dias sem assassinatos no início de setembro.

Marco limite entre as duas comunidades tendo à frente a Chico Mendes e nos fundos a Novo Horizonte, a escola América Dutra Machado acompanha diariamente as cenas de violência. Um aluno lembra da manhã de tiroteio intenso: "Mais de cinco minutos ininterruptos, achei até que fosse algo desmoralizando no colégio". Ele e os colegas estavam em aula, mas a professora, sem interromper a exposição, apenas pediu que não ficassem próximos às janelas.

Cláudio de Souza explica que as aulas de skate precisam ser feitas com base em uma estratégia de locais neutros, onde todos possam ir: "Se fizermos as aulas na quadra da Chico Mendes, há um ou



Fotos: Daniella Coriolano/Zero

outro aluno que não pode, mas não porque sejam do 'corre', às vezes, é por causa de um irmão, tio que tenha se envolvido ou por medo de ser confundido". O mesmo problema é relatado pela assistente social Mônica Cabral: "Aqui no Cedep estamos desenvolvendo um mapeamento das ruas para garantir que um adolescente em estado de risco continue com as atividades".

Mônica Cabral mora no bairro Capoeiras e escutava provocações da própria família quando começou a trabalhar no bairro: "Já comprou um colete à prova de balas?". Ela comenta sobre os diversos casos de invasão domiciliar e afirma que quando uma conhecida tentou confrontar o

"As abordagens são boas, já que protegem os cidadãos de bem, mesmo que eles tenham que ser revistados"

PM, pedindo o mandado judicial, recebeu como resposta: "essa obrigação não existe mais". A defensora pública estadual, Mambri, revela que nunca atendeu a um caso da região do Monte Cristo onde não houvesse violação de direitos, como invasão a domicílio sem mandado.

Apontar a arma antes de perguntar ou de ter alguma intenção de legítima defesa é uma das reclamações mais frequentes nos depoimentos. O educador Cláudio de Souza lembra os dias em que as oficinas foram canceladas por conta dos tiroteios, a maioria entre os grupos rivais. Estava na quadra da Chico Mendes, com a camisa do Projeto Fênix, quando foi abordado por um policial que se aproximou apontando uma pistola nove milímetros e perguntou o que ele estava fazendo. Cláudio pediu para o agente baixar a arma, mas continuou sob a mira do fogo por mais alguns minutos.

Mônica Cabral e Cláudio de Souza narram o dia mais crítico desde que começaram a trabalhar no Cedep, considerado território neutro pelo tráfico. Era feriado de páscoa e 600 crianças estavam na quadra participando de um evento beneficente. Os traficantes passaram correndo pela rua sob a perseguição e os tiros da polícia. As crianças foram para a entrada ver o conflito, muitas preocupadas com familiares envolvidos com o crime.

Irritados com a dificuldade dos educadores em deter as crianças, os policiais ameaçaram colocá-las à força para dentro da ONG. Mônica lembra com perplexidade que o helicóptero da PM ficou cerca de 15 minutos sobrevoando o espaço com armas apontadas em direção ao aglomerado. O Comandante do 22º Batalhão da PM defende a corporação da acusação e comenta as denúncias do idealizador da ONG, Padre Wilson Groh, dadas à imprensa na época: "Ele não tinha avisado as forças de segurança sobre o evento". Valença nega que a polícia tenha empregado violência contra as crianças.

Moradores também relatam abusos policiais nas redondezas do conjunto habitacional Chico Mendes, apelidado de Carandiru, construído em 1998 para abrigar provisoriamente famílias desalojadas e servir de espaço para projetos sociais que funcionaram por um ano. Reclamaram de tiros na parede do ginásio, rojões de madrugada e mostraram uma janela supostamente destruída por bala. Dentro do prédio abandonado pela prefeitura, mas ocupado há mais de uma década por cerca de 32 famílias, mais acusações de ações truculentas; portas arrombadas e doações de roupas vasculhadas e sujas. Questionado sobre as acusações, o comandante da PM (22º Batalhão) afirmou que não tem informações sobre os ocorridos. Sobre se a PM utilizou algum mandado judicial para adentrar ao Carandiru, respondeu, sem certeza, que talvez exista algo expedido. De acordo com os moradores, a maior parte dos tiroteios ocorre entre os traficantes. A PM declarou que é raro o confronto com policiais, mas não soube dizer exatamente quantos ocorreram ou quando.

Morador baleado toca em bailes Funk

Valença declarou que não pode precisar o número de pessoas baleadas nos confrontos entre os traficantes. Apesar de os moradores afirmarem que os tiroteios ainda são frequentes, mesmo com a chegada da polícia, o comandante assegura que há várias semanas já não há confrontos. Também afirmou que geralmente as pessoas atingidas são ligadas às facções e que desconhece se algum morador sem envolvimento com o tráfico tenha sido atingido. O único episódio de ferimento por arma de fogo que foi relatado pelo militar é o caso de uma pessoa que se apresentou no Hospital Florianópolis, com um tiro na perna: "Ao par de uma ocorrência, a ficha criminal da



Polícia Civil e Polícia Militar organizaram a Operação Ordem e Progresso para combater o crime organizado nas comunidades Novo Horizonte e Chico Mendes onde o conflito está mais violento

vítima é verificada e, na esmagadora maioria das vezes, a pessoa é envolvida no tráfico".

Marlon David Batista, 21 anos, mora com irmão, padrasto, esposa e mãe em uma casa onde boa parte da sala é ocupada pelo equipamento de DJ. Estava caminhando perto de sua casa na comunidade Chico Mendes quando cruzou na calçada estreita com um vizinho envolvido no tráfico. O homem correu. Foram vários disparos, um deles atravessou a perna esquerda de Marlon. Ele caiu no chão e viu através do vidro com película de um carro a arma ainda apontada em sua direção. Ao identificar o DJ, o motorista deu a partida e sumiu. Tentou se levantar, mas estava com o osso da perna exposto. Vizinhos o socorreram e o levaram ao Hospital Florianópolis, onde passou pela primeira cirurgia da vida.

Os médicos perguntaram o que ele estava fazendo ali e se era envolvido com o crime. Marlon tem certeza de que estava "no lugar errado e na hora errada", que o tiro não era para ele, mas para o homem que conseguiu escapar. Outras fontes confirmam essa versão. O rapper Rodney Ribeiro Daniel, do grupo Arma-Zen, um dos pioneiros na cidade e ídolo de Marlon, enfatiza que o DJ não tem passagem pela polícia ou qualquer atividade no tráfico. Marlon revela que sabe

quem deu o tiro: um integrante do grupo organizado da comunidade vizinha. Garante, contudo, que não tem "sede de vingança". Ele explica que os moradores do Novo Horizonte, inclusive alguns com contatos no tráfico, pediram desculpas e mostraram preocupações com a sua saúde. Ainda internado no hospital, o DJ foi visitado por agentes da PM que viram sua ficha criminal no sistema e concluíram, em voz alta: "lugar errado, hora errada".

Segundo uma fonte com familiares que integram o crime organizado, o conflito entre os comandos nas duas comunidades existe há mais de uma década, mas houve um período de apaziguamento que acabou depois da morte de um dos líderes do tráfico, em 2014. As pessoas que participaram desse assassinato e seus aliados foram juradas de morte, o que se cumpriu para muitas delas. Para integrar uma facção, que tem ligações com outros grandes grupos de influência interestadual é necessário ser batizado dentro de um presídio. Dificilmente alguém que sai de uma facção não passa a ser visto como inimigo de morte dos que permanecem.

Um grupo de jovens relembra um dia considerado de paz, quando os traficantes colocaram bandeiras brancas nos pontos altos, dos dois lados da "guerra" e pessoas foram para as ruas celebrar. Até hoje, em nenhum dos processos contra suspeitos de participarem do Primeiro Grupo Catarinense, o PGC, comprovou-se a ligação com o grupo, segundo a defensora. Outra preocupação explicitada em relação ao embasamento das provas, para Mambri, é a tendência de que, para que alguém seja investigado pela participação em um grupo dessa magnitude, basta que a polícia acuse: "às vezes, com base em fotos nas redes sociais, marcas corporais, ligações familiares e outras relações sociais que abram brecha para uma analogia".

Sobre a intenção de algumas facções de acabarem com a fragmentação, em nome de um único comando de poder, Mambri explica os fatores que aumentam as execuções e tiroteios entre os

grupos: "Está longe de haver uma unificação ao redor de uma só facção. Ainda existe uma disputa por liderança. Percebo que quanto mais fragmentado, mais violento. Aparantemente, há muita disputa de ponto e território, mas o poder e o reconhecimento é o principal, quem definir quem é o chefe e nisso a vaidade é um aspecto importante. A dinâmica é intensa. Caiu um chefe, no outro dia, tem outro no lugar".

O defensor público estadual Ronaldo Francisco relata o caso de um homem que estava saindo

da Chico Mendes de carro, às três horas da manhã, e foi agredido por um policial que perguntou o que ele estaria fazendo naquele local tão tarde. A justificativa dada pelo Comandante Valença para esse tipo de

"A falta de políticas públicas na região faz com que a luta para sobreviver se confunda com a violência"

abordagem é: "Estamos falando de um território conflagrado. Se a pessoa está perto de um local já identificado como uma boca, ela pode ser parada a qualquer momento do dia e da noite, mas nos baseamos nas fotos do sistema e costumamos parar as pessoas que já foram presas diversas vezes.

Fernanda Mambri sustenta a ideia de que há, por parte de alguns policiais, uma tendência a perseguir pessoas que já passaram por processo judicial: "É comum a alegação de que, se a pessoa voltou para a mesma comunidade, vai voltar a praticar crimes. A abordagem policial é muito diferente quando se trata de pessoas com passagem, além disso, não existe uma atitude suspeita que a legitime. Para que isso aconteça, é imprescindível uma suspeita fundamentada, não basta uma denúncia e uma descrição vaga: 'a cor da pele do bandido é...'. Questionado sobre a abordagem de desconhecidos da base de dados do sistema de informação da PM o comandante exemplifica: "A pessoa pode estar indo comprar drogas". Em relação à atuação da polícia, o comandante alega: "As abordagens são boas, já que protegem os cidadãos de bem, mesmo que eles também tenham que ser revistados".

De todas as pessoas que relataram violência policial ou violações de direitos, nenhuma prestou queixa na Corregedoria da PM ou em algum

órgão público de fiscalização. A reportagem solicitou números recentes da Corregedoria do 22º Batalhão, mas os servidores alegaram tempo insuficiente para filtrar os dados.

Mônica Cabral conta que um dos jovens do Cedep, quando tinha 17 anos, irritou-se com as "cantadas" de um policial para a sua irmã. A desavença cresceu. Logo quando o rapaz fez 18 anos, a polícia encontrou em sua casa uma quantidade de armas e drogas. A apreensão não foi em nenhuma das operações mais recentes. "Difícil acreditar que ele estava com tudo aquilo. O seu pai contratou um advogado para tentar mostrar que as provas foram plantadas. Acho que este é o grande temor das pessoas: se denunciarmos, podem estar sujeitas a vinganças".

"As legislações tem peso igual. O artigo de lei que diz que quem pratica tráfico de drogas pode responder à justiça e ir para a cadeia possui exatamente o mesmo peso que a lei de abuso de autoridade, segundo a qual o policial, seja militar ou civil, ou qualquer autoridade pública, não pode violar um direito. A sociedade elege algumas condutas, em certos lugares, para serem criminalizadas", explica o defensor Ronaldo Francisco, membro da Associação dos Defensores Públicos de Santa Catarina (ADPSC).

Sozinho a gente não resolve nada

Nesse cenário, quem se propõe a ajudar precisa levar em consideração a realidade do bairro. "Sabe o que acontecia muitas vezes?", pergunta Karla Parmigiani Pereira, professora há 10 anos e atual diretora da escola América Dutra Machado, "alguma situação acabava com a noite das crianças, aí eles chegavam aqui e a gente só piorava mais ainda".

Karla não perdeu quando, anos atrás, um estudante chegou para sua aula sem material. "Eu não trouxe", foi a única explicação que conseguiu dar. A professora começou a esbravejar e não parou mais, enquanto improvisava caneta e papel para o garoto que permanecia calado, sem chance de réplica. No intervalo, a então diretora Maria Clara pediu para que os educadores fossem mais tolerantes naquele dia. Muitos estudantes poderiam estar sem material, porque na noite anterior a polícia invadira diversas casas e com uma mangueira de bombeiros os fez esco-

lher: uniforme ou material? O menino viu lápis, caderno, borracha despencando pela escada, levados pelo aguaceiro.

Agora o desafio da diretora é rearticular a Rede, um trabalho que atende às demandas mais imediatas dos moradores. Toda última quarta-feira do mês, educadores, líderes comunitários, assistentes sociais e voluntários pensavam em estratégias para suprir as áreas onde o poder público era omissivo. Os resultados eram evidentes: o trabalho com composteiras retirou resíduos orgânicos das ruas, o que fez os ratos abandonarem as vias; o grêmio esportivo colocou jovens de comunidades rivais jogando em um mesmo time; as oficinas sobre sexualidade erradicaram os casos de gravidez precoce. As reuniões não estão mais acontecendo e só neste ano a escola tem quatro alunas prestes a dar à luz. Para Deglaber Goulart, secretário do Continente, a explicação para a fila por vagas em creches no Monte Cristo é taxativa "quanto mais pobre, mais filho tem, né?".

Conversa aberta contra violência e novos projetos sociais

Maria Clara Vinotti que por 12 anos trabalhou na escola América Dutra Machado sempre apostou no diálogo com a comunidade. "As melhorias acontecem, mas ainda não existe a vontade necessária das políticas municipais e estaduais para responder à realidade local". Ela aponta que as ações dependem da boa vontade e da pro-atividade dos moradores e profissionais que estão no Monte Cristo. Atuando por anos na região com o segundo maior número de jovens cumprindo medidas socioeducativas (101 adolescentes, entre 2012 e 2014), Maria nunca sentiu medo do ambiente de trabalho, porque logo percebeu que "a falta de políticas públicas faz a luta pela sobrevivência ser confundida com violência". Paradoxalmente, a região possui o maior índice de violações de direitos contra a juventude e infância. Foram 181 casos registrados no mesmo período pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Reforça esta estatística o caso de um adolescente assassinado na noite do dia 24 de julho.

A ação do poder público diante dessa conjuntura de conflito entre facções criminosas e truculência policial no Monte Cristo se manifesta nas obras que a Secretaria do Continente está realizando no local. "Nós atuamos diretamente na infraestrutura do bairro, dando condições para implantação de projetos sociais", diz o secretário Deglaber Goulart. Destacou inaugurações para o mês de setembro: "o ginásio de esportes e o campo de grama sintética, a instalação dos 16 aparelhos de academia ao ar livre, a ampliação da creche e a reforma do campo de areia e de parques infantis". Para o ano que vem está prevista a continuação da revitalização do Carandiru, que promete ser um espaço com diversos serviços, como atendimento psicológico e corte de cabelo. Também foi aprovado para o orçamento de 2016 o investimento de R\$ 3 milhões na construção de uma escola profissionalizante com cursos de pintura, mecânica, panificação, culinária, computação. A fachada pintada do Carandiru pode enganar, mas a reforma ainda está longe de ser concluída. Na parte

interna, os problemas estruturais são visíveis e a infiltração se alastra por todo o prédio.

As ocupações deram origem às nove comunidades

Aos 60 anos, quando perdeu todos os documentos e foi até o cartório, Melita, nascida em São Bonifácio, descobriu que era Milita, nascida em São Martinho. Bateu o pé, mas o homem do cartório foi irredutível. Ao menos a idade continuava a mesma.

Quando ainda era Melita e morava no Mocotó, se organizou com outras 50 famílias e foi reclamar por moradia, mas não existia projeto de habitação popular em Florianópolis. Das famílias que participaram da ocupação, 22 seguem vivendo no Monte Cristo, mas nenhuma tem o título da terra. Ficaram um ano e três meses dormindo em barracões improvisados no bairro Coloninha, antes de serem transferidas para Nova Esperança. Nos primeiros meses de ocupação foram alvo de ameaças constantes. "Os moradores não queriam a gente lá, tinham casa com piscina e não queriam pobre por perto", lembra Milita.

Santa Terezinha, Nossa Senhora da Glória e Chico Mendes, as comunidades mais antigas do bairro Monte Cristo, começaram como ocupações espontâneas, nos anos 1970. Na década seguinte, o governo criou o Conjunto Habitacional Promorar, um aglomerado de casas populares que deu origem a comunidade que leva o mesmo nome. Nos anos 1980, foi construído o Conjunto Habitacional Panorama, vários blocos de prédios populares de quatro andares construídos para abrigar funcionários públicos, onde hoje moram mais de seis mil pessoas.

Antônio Joel de Paula, atual presidente do Conselho das Associações de Moradores da Região do Monte Cristo (Carmocris), participou da primeira ocupação e morou na Chico Mendes por dez anos antes de mudar para Novo Horizonte, em abril de 2005. Zelador há duas décadas, diz que não aguenta mais, que não tem sossego e vai voltar para Caçador. A placa de "vende ou troca" está pregada em sua varanda, mas Milita faz pouco caso, "ele vive colocando e tirando essa placa dali".

Os líderes comunitários exigem uma audiência com a prefeitura e outros órgãos ligados à assistência social, à Secretaria de Educação, à Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (Cohab)

e à Companhia Melhoramentos da Capital (Comcap). O ofício foi enviado no começo de agosto e até o fechamento dessa edição, a prefeitura não havia definido a data da audiência. Em reunião decidiram as principais demandas a serem cobradas do Estado para que a violência não seja encarada apenas como uma questão de segurança e viaturas do Bope.



"No lugar errado, na hora errada", afirma o morador baleado na perna



Milita Maria Marques: uma referência local na luta por política pública

Foto: Daniella Coriolano/Zero



Ilustração: Amanda Ribeiro

Saúde

Taxas de suicídio podem ser reduzidas com informação

Segundo Instituto Médico Legal, Florianópolis registra cerca de um óbito por semana e tem o maior número de suspeitas de casos no estado

No prédio 639 da Avenida Hercílio Luz, no Centro de Florianópolis, voluntários revezam turnos, há 23 anos, para atender pessoas que precisam de apoio emocional. Esse trabalho independente é feito pelo Centro de Valorização da Vida (CVV) que foi fundado no Brasil em 1962 e é associado a organização mundial de combate ao suicídio, o *Befrienders Worldwide*.

Em Florianópolis, a ONG possui 35 voluntários que atendem gratuitamente entre 20 e 25 pessoas por dia. O posto de atendimento fica no quarto andar de um prédio comercial e possui duas salas que foram montadas de forma a deixar tudo sigiloso. Até mesmo a poltrona é posicionada para que não se consiga ver o rosto de quem procurou ajuda, somente o voluntário de plantão. Um aviso fixado na porta de saída reforça esse sigilo: "Lembre-se: o que você viu, ouviu e conversou aqui

dentro, fica aqui dentro".

Além das quatro horas exigidas, o voluntário também chega 15 minutos antes para focar no trabalho e conversar com quem fazia o atendimento antes dele. Depois do plantão, é feito o mesmo processo. O espaço ainda tem uma pequena cozinha, com microondas, geladeira, e duas camas, para o voluntário que trabalha oito horas seguidas durante a madrugada.

Os apoios são feitos por telefone, pelo número 141, ou presencialmente. Um dos objetivos é ajudar na prevenção do suicídio. Segundo a organização, todos os dias, 25 brasileiros tiram a própria vida. Acredita-se que em uma sala com 30 pessoas, cinco delas já pensaram em cometer suicídio. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), 90% desses casos podem ser prevenidos se acompanhados. No ano de 2014, o CVV recebeu 5956 ligações, e neste ano, 2629 até julho. A

organização só contabiliza os telefonemas em que há prestação de atendimento; trotes não entram no cálculo final. Não existem identificadores de chamada e a pessoa pode manter o anonimato.

No dia 24 de agosto, três voluntários ministraram um curso de preparação para os novos trabalhadores do CVV. A aula aconteceu cinco andares acima da sede. No quadro branco, estavam escritas as atitudes básicas de um voluntário: confiar, respeitar, aceitar e compreender. A flexibilidade é necessária para quem quer trabalhar no projeto e entender quem está do outro lado da linha. O objetivo não é fazer um diagnóstico, mas ouvir e compreender quem procurou ajuda. No treinamento, que dura cerca de 30 horas, discute-se a melhor forma de entender os motivos pelas quais as pessoas telefonam, sem fazer julgamentos.

Há 21 anos, a engenheira civil Carmen*, 57, cumpre mais do que as quatro horas semanais mínimas no CVV. Conheceu o projeto através de uma propaganda de rádio que chamava por novos voluntários. Hoje, além das atividades que desempenha no projeto, também é responsável pelo programa Momento CVV, na rádio Cultura AM, juntamente com Rubens*, 71, que trabalha há seis anos na organização. Além de ter mais espaço para divulgar o trabalho do CVV, os voluntários também falam sobre depressão, ansiedade, baixa autoestima e outros temas do cotidiano da organização.

Durante o treinamento, quando perguntada sobre a forma como a mídia trata o suicídio, Carmen lembra o tabu das reportagens sobre a AIDS:

— Não se falava da AIDS e aconteceu uma epidemia. Quando as pessoas foram informadas sobre, houve uma redução nos números. O que se pretende com o suicídio é isso. Se eu começo a ter informação, esse comportamento muda.

Acredita-se que, em uma sala com 30 pessoas, pelo menos cinco delas já pensaram em suicídio

Santa Catarina apresenta altos índices de suicídio

De acordo com o Mapa da Violência, em 2012, Florianópolis foi a capital com o maior número de suicídios. Em 2014, Santa Catarina ocupou o 2º lugar entre os estados com mais suicídios por 100 mil habitantes, atrás apenas do Rio Grande do Sul.

Natural de uma cidade do oeste catarinense, com uma população de cerca de 30 mil habitantes e vinda de uma família com tradições italianas, Fátima** tentou suicídio, há alguns anos, utilizando remédios. A motivação foi o término do namoro e a falta de dinheiro no caixa do supermercado onde trabalhava.

— Eu havia terminado com meu namorado, e o fechamento do caixa apresentou falta de dinheiro duas vezes na mesma semana. Eu estava em um quadro de depressão e não sabia, no interior ninguém sabia o que era depressão. Eu queria sumir do mundo e não sabia como. Eu só queria dormir e não lembrar de nada que estava acontecendo na minha vida".

Após a gravidez, Fátima teve depressão pós-parto. A vontade de desaparecer voltou, mas ela não chegou a tentar o suicídio novamente.

— Era tudo muito mecânico, era a depressão pós-parto, mas eu perdi a vontade de viver. Sabe quando você acorda de manhã e só tem vontade de chorar? O que eu estou fazendo neste mundo? (...) Lógico que hoje eu dou graças a Deus por estar viva, mas se tivesse acontecido alguma coisa comigo? Se eu tivesse morrido? Não faria diferença para mim. Se eu sofresse um acidente e morresse? Eu desejava isso, eu não tentei me matar, mas eu tinha ideia de suicídio.

Após 15 anos de acompanhamento psicológico e psiquiátrico, ela já não pensa em cometer suicídio novamente.

Mas nem sempre a vontade de se matar está associada à depressão. Ansiedade, pressões externas, perdas, frustrações e doenças mentais também são fatores que influenciam, segundo especialistas. Rogério*, voluntário do CVV há 10 anos, afirma que as perdas são os motivos mais citados quando alguém busca por ajuda. E não apenas a morte de pessoas próximas, mas também perda de qualidade de vida, de beleza e término de relacionamento.

Psicanalista há 36 anos, Carlos Remor entende que o suicídio é uma forma de aliviar a dor que alguém está sentindo. "Na

verdade, não é que a pessoa queira se matar, é que a pessoa não consegue mais obter satisfação com a vida. Ela quer matar nela uma determinada vida para ter outra, só que aí o desespero é tão grande que ela vai junto".

O tratamento também é outro ponto discutido. Alguns afirmam que é um problema de saúde pública, mas outros discordam. Para o psicanalista, não existe fórmula para o tratamento de quem tentou suicídio. "Primeiro, é preciso saber o que a pessoa quer fazer; têm casos que não adianta fazer nada. É importante saber se ela está mal para que possa procurar ajuda profissional, que é o máximo que se pode fazer. Às vezes, apoiar a família pode ser importante, ou a família dar apoio, mas isso depende de cada pessoa".

Setembro é o mês escolhido pela Associação Internacional de Prevenção do Suicídio para uma campanha de conscientização, o Setembro Amarelo. O dia dez deste mês foi a data definida pela associação como o dia Mundial de Combate. No Brasil, outra organização prepara materiais para ajudar na prevenção. A Associação Brasileira de Psiquiatria montou a cartilha "Suicídio: informando para prevenir", falando sobre maneiras de abordar pacientes com doenças mentais e fatores psicossociais relacionados ao suicídio. O documento é uma ação para levar mais informações e ajudar profissionais a lidar com o tema.

Segundo os dados do Instituto Médico Legal (IML) sobre suspeitas de suicídios em Santa Catarina no ano de 2014, Florianópolis teve o maior número. Foram 56 óbitos, sendo 45 homens e 11 mulheres, com idade média de 42 anos, tendo como a causa mais comum a morte por asfixia. Já a cidade de Concórdia, no oeste catarinense, apresenta 39 ocorrências, sendo 15 anos a idade média dos óbitos. No estado, o total de suspeitas de suicídios é de 453. Mas esses números podem ser maiores, já que alguns casos são considerados acidentes. Um exemplo é o suicídio causado por remédios, que pode ser registrado como intoxicação, declara o médico legista Marcos Aurélio Lima, que trabalha há sete anos no IML.

— Temos praticamente um caso de suicídio a cada semana em Florianópolis. É um caso grave de saúde pública.

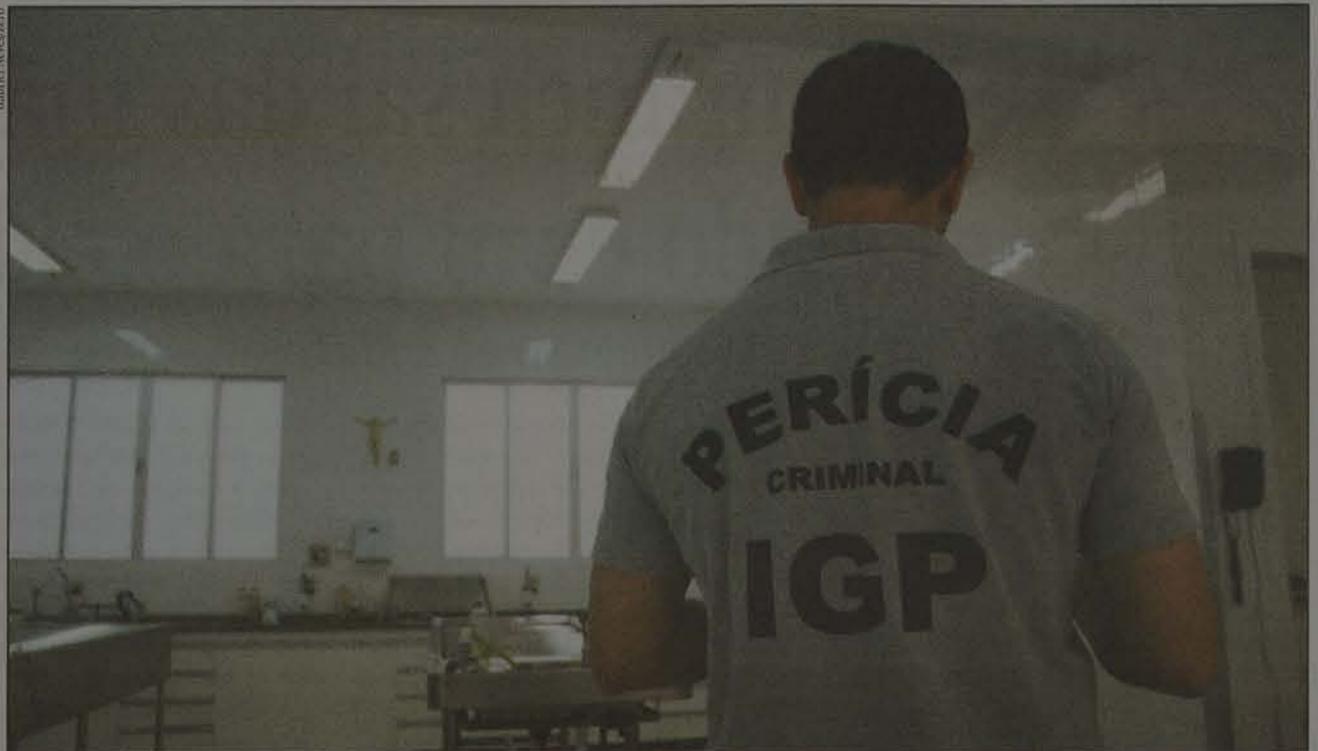
O Brasil é o quarto país da América Latina onde o número de suicídios mais cresceu entre 2000 e 2012, de acordo com dados da OMS. Em uma

escala global, os números são ainda maiores. Cerca de 800 mil pessoas cometem suicídio em todo o mundo anualmente. É como se a cada 40 segundos houvesse um óbito. Num total de 193 países reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil faz parte dos 28 que possuem estratégias nacionais de prevenção ao suicídio. O Sistema Único de Saúde (SUS) oferece acompanhamento psicológico, psicoterápico e assistência psiquiátrica hospitalar.

O suicídio, para Fátima, é algo que ficou no passado, apesar de ter convivido outras duas vezes com o tema. Nos últimos anos, seu namorado e uma amiga cometeram suicídio. Hoje, ela encara a situação como aprendizado. "Aprendi a ser mais forte. Agora entendo que se não passasse pela circunstâncias que passei, jamais iria entender o valor que a vida tem". Dona de um ótimo senso de humor e com dois filhos, hoje Fátima mostra aos familiares e amigos o quanto é bom viver.

*Utilizado o primeiro nome dos voluntários para manter a privacidade
**Nome fictício usado para garantir sigilo da fonte

Amanda Reinert
amanda.reinert94@gmail.com
Dener Alano
deneralano@gmail.com



Segundo o Instituto Médico Legal, suicídio é questão de saúde pública e ocorre em média uma tentativa por dia em Florianópolis

PRINCIPAIS MITOS

- 1 Não devemos falar sobre o suicídio, pois isso pode aumentar o risco de ocorrências**
FALSO. Falar sobre suicídio não aumenta o risco. Muito pelo contrário, falar com alguém sobre o assunto pode aliviar a angústia e a tensão que esses pensamentos trazem.
- 2 Quando um indivíduo mostra sinais de melhora ou sobrevive à uma tentativa de suicídio, está fora de perigo**
FALSO. Um dos períodos mais perigosos é quando se está melhorando da crise que motivou a tentativa, ou quando a pessoa ainda está no hospital, na sequência de uma tentativa. A semana que se segue à alta do hospital é um período durante o qual a pessoa está particularmente fragilizada.
- 3 As pessoas que ameaçam se matar não farão isso, querem apenas chamar a atenção**
FALSO. A maioria dos suicidas fala ou dá sinais sobre suas ideias de morte. Boa parte dos suicidas expressou, em dias ou semanas anteriores, frequentemente aos profissionais de saúde, seu desejo de se matar.
- 4 É proibido que a mídia aborde o tema suicídio**
FALSO. A mídia tem obrigação social de tratar desse importante assunto de saúde pública e abordar esse tema de forma adequada. Falar sobre suicídio não aumenta o risco de uma pessoa se matar; pelo contrário, é fundamental dar informações à população sobre o problema, informações sobre onde buscar ajuda, etc.

Cartilha "Suicídio: informando para prevenir"
Associação Brasileira de Psiquiatria

Um paralelo entre Brasil e Colômbia

Nos últimos dez anos, aconteceram cerca de 20.000 suicídios na Colômbia. Em 2014, foram registrados 1878 casos, a maioria deles entre 20 e 29 anos. A taxa é de 4,33 pessoas por cada 100.000 habitantes, a maior nos últimos dez anos. A maioria dos casos ocorre com homens entre os 20 e 24 anos e com mulheres entre os 15 e 17. Em zonas urbanas a média é de 77%. Segundo Organização Mundial da Saúde (OMS), as razões mais frequentes para tirar a própria vida são conflitos familiares (28%), doenças físicas e mentais (24%) e dificuldades econômicas (14%).

Casos como o de um adolescente de 16 anos, ocorrido em Gollondrinas - zona rural do norte de Cali, a 474 km da capital colombiana, Bogotá, são um alerta sobre o tema. As autoridades presumem que o suicídio do adolescente corresponde a um pacto de morte

firmado entre alguns jovens da localidade: três deles tiraram a vida nos últimos meses. Edward Hernández, delegado da Subdireção de Menores e Família de Cali, explicou que a forma como os jovens cometeram suicídio é a

Estima-se que, diariamente, 30 mil pessoas tiram a própria vida no mundo

mesma. "Os três garotos vinham com situações emocionais difíceis e alguns abusaram de substâncias psicoativas", afirma.

Laura Martínez, que lidou com o suicídio de familiares há menos de quatro meses em Medellín, ressalta a importância de identificar os sinais que poderiam evitar essa

tragédia. "Uma pessoa não dimensiona até onde pode chegar a depressão". Martínez supõe que o suicídio de sua prima Camila, que ocorreu em abril de 2014, pode ter influenciado a decisão de outro jovem que tirou a própria vida em agosto do mesmo ano. "Quando minha prima suicidou-se, creio que ele teve força para fazer o mesmo. Como quem diz: 'se ela pode, por que eu não?'"

Segundo a OMS, o suicídio é terceira maior causa de morte em nível global, com o 1,5% do total de mortes em um ano. Por isso, em 1999, foi lançado o programa Prevenção do Suicídio, que busca diminuir o número de casos mundiais em 10% até 2020. Estima-se que, diariamente, 30 mil pessoas tiram a própria vida.

Laura Prada - Intercambista
lmpm134@gmail.com

Segurança sai das mãos do Estado e vai para o cidadão

Em 2014, catarinenses compraram quase 20 mil armas

Você já pensou em comprar uma arma? Se sim, saiba que no Brasil você pode. O que não dá é para andar por aí com ela, já que o porte de armas é proibido para civis aqui no país desde 2003, quando foi aprovado o Estatuto do Desarmamento. O que é permitido é a posse de armas, ou seja, ter uma em casa. Para isso, você deve cumprir uma série de exigências da Polícia Federal, como teste de aptidão psicológica, teste prático e até uma prova teórica para mostrar que você vai saber o que fazer com a arma, se precisar.

"E como eu posso fazer isso?" — você deve estar se perguntando. Em primeiro lugar, para não perder a viagem, saiba que é preciso ter no mínimo 25 anos. Também é necessário atestar que trabalha, que tem residência fixa e comprovar que não tem antecedentes criminais (mas eu acho que você já devia imaginar isso, né?). Além disso, quando for se apresentar ao Sistema Nacional de Armas (Sinarm) para requerer a posse, tem que estar munido com o laudo do teste psicológico, que atesta sua sanidade, e o comprovante de capacidade técnica, que significa que você não vai sair atirando para todos os lados se precisar usar sua arma. Depois disso tudo, a Polícia Federal vai requerer um comprovante de necessidade. A pergunta é simples: por que você precisa ter uma arma em casa?

Se você já está com todos os papéis prontos, então separe uma grana e se prepare para gastar mais ou menos R\$ 2,7 mil no revólver mais barato. Nós fizemos as contas: com todas as taxas (teste psicológico, prova teórica de conhecimento sobre armas, prova prática e taxas da Polícia Federal) mais o preço do revólver que citamos acima, ter uma arma legalmente registrada em Florianópolis custa cerca de R\$3,5 mil. *Nossa, então com todo esse trabalho, ninguém deve ter arma em casa, né?*

Você é que pensa. Aqui no estado, foram compradas 18.928 armas no ano passado, de acordo com dados da Polícia Federal. Isso significa que uma em cada 355 pessoas daqui adquiriu um registro no ano passado. Segundo os últimos dados nacionais, que foram liberados em 2013, Santa Catarina é o terceiro estado mais armado do Brasil; só está atrás do Distrito Federal e do Acre. E não para por aí. A vendedora Sirlene Cristina, da loja Sports Men's, de Florianópolis, afirmou que nos últimos três meses deste ano foi vendida pelo menos uma arma por dia. *Nossa, o estado deve ser bem perigoso então!*

Muito pelo contrário: Santa Catarina é um dos estados mais seguros do país. De acordo com dados do Anuário de Segurança Pública, divulgado pelo Governo Federal, o estado também é um dos menos violentos do Brasil. A taxa de homicídios, por exemplo, é de 12 a cada 100 mil habitantes. É a segunda menor do país. *Então quer dizer que mais armas significa menos violência?*

É aí que as coisas se complicam. O Distrito Federal, por exemplo, que é a região com mais armas de fogo por habitante, tem o dobro da taxa de homicídios de Santa Catarina: são 26,8 a cada 100 mil habitantes, sendo que 71,5% deles é causado por essas armas. O deputado Cristiano Silveira, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, não acredita que elas consigam cumprir o papel de diminuir a violência. "Sabemos que 95% das mortes por armas de fogo são assassinatos. Acidentes são poucos. E esses homicídios, na maioria, ocorrem por motivos fúteis, como briga de trânsito, de vizinhos, por futebol etc. No momento de fúria ou descontrole, as pessoas podem cometer atos impensados. Se

a arma estiver ao alcance, é bem provável que será usada. E sabemos que os danos são, na maioria das vezes, irreparáveis".

Essa não é a opinião do advogado e presidente do Movimento Viva Brasil, Bene Barbosa. Para ele, o fato de uma pessoa ter uma arma não a torna automaticamente mais violenta. Ele reforça que uma verdadeira democracia não tira do cidadão a possibilidade de ter armas para se defender. "A liberdade de escolha tem que ser respeitada". O proprietário do único clube de tiro da Grande Florianópolis, Tony Hoerhann, também pensa assim. "O constante aumento da criminalidade no Brasil e a total falência do Estado em nos proteger tem influenciado na aquisição de armas para defesa. O criminoso no Brasil, seja o que invade sua casa ou o que está sentado no congresso em Brasília, não tem medo algum da ação da lei. Estão, em sua maioria absoluta, impunes". *Está tudo confuso demais! Por que alguém escolheria ter uma arma?*

Nesse ponto todos concordam: as pessoas, que acompanham pela mídia histórias de crimes e violência, associadas a denúncias de ineficácia policial, estão tentando transferir para a esfera privada algo que seria uma função do Estado: a segurança. "Seria como pagar seu próprio plano de segurança, assim como já fez (a classe média e alta) com a Saúde e a Educação. E isso por desconfiança da atuação estatal", avalia o criminalista e professor de direito da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), Sandro Sell. *Então como resolver esse problema da violência?*

Se tivéssemos uma resposta concreta, não estaríamos discutindo esse assunto agora, você não acha? Mas um caso interessante a se pensar é o da Islândia, onde é permitida a compra e o porte de armas, e que ainda assim tem uma das taxas de homicídio mais baixas do mundo: 1,8 a cada 100 mil habitantes. Já os Estados Unidos, que também tem flexibilidade na obtenção de armas de fogo e até penas mais severas, registrou um número bem maior nesse período: 5,8 homicídios para cada 100 mil habitantes. *"Por quê?"* — você deve estar se perguntando.

Para a maioria dos habitantes da Islândia, a chave é a igualdade. Segundo uma pesquisa da Universidade do Missouri, que analisou o sistema de classes do país, não existe uma grande diferença de classes sociais: 97% se considera classe média. Os habitantes apontam a ausência de tensões econômicas como um fator importante para a diminuição da violência no país. *E como conseguir essa igualdade aqui no Brasil?*

Segundo o deputado Cristiano Silveira, é investindo em educação: ensino de qualidade, acesso a cursos profissionalizantes e encaminhamento ao mercado de trabalho. "Além disso, é preciso garantir acesso à saúde, lazer, atividades culturais e esportivas, para pais e filhos. Com isso, a sociedade poderá desenvolver e cultivar valores que vão fazer do país um lugar melhor". *Fácil falar, né? Quero ver fazer!*

Calma! Sabemos que não é fácil implantar mudanças dessa magnitude. Mas se reconhecermos que o problema é algo maior, que transcende mandatos e partidos políticos, pode funcionar. Silveira concorda: "é uma tarefa longa e complexa. É preciso um plano de estado, para os próximos 30 anos. Isso depende do governo, dos partidos políticos de oposição e situação e de todos os setores sociais. Os resultados não virão de imediato, mas quando chegarem, serão valiosos e duradouros. Tenho esperança nisso".

E aí? Você ainda acha que comprar uma arma é a solução?



Arte: Luis Fernando Meneses Zero

Amanda Ribeiro
amandarbarques@gmail.com
Vinicius Bressan
bressanferreira@gmail.com

Ensino em colégios militares divide opiniões

Escolas garantem educação de qualidade, apesar de gerar dúvidas quando o assunto é o rigor

A inspeção atenta do policial monitor não deixa passar cabelos mal arrumados e uniforme desalinhado. Assim que o primeiro sinal soa, todos os alunos se juntam aos colegas de sua classe e entram em forma para bater continência enfileirados do maior para o menor. Ouvem atentos aos avisos diante das bandeiras e as saúdam cantando o hino nacional. É assim que cerca de 400 alunos iniciam suas atividades nos turnos matutino e vespertino do Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires (CFNP). A instituição foi a primeira colocada entre as escolas públicas do estado de Santa Catarina na prova do ENEM de 2014. Nove estados tiveram escolas da PM em 1º lugar na mesma prova.

O ambiente limpo e silencioso do colégio, mesmo com os alunos no horário do intervalo, reflete a política da escola: disciplina e organização. A correria e algazarra no pátio são protagonizadas pelos alunos recém-chegados, geralmente do sexto ano, que mantêm alguns costumes das escolas de origem, mas logo recebem advertências de veteranos e supervisores. A orientadora educacional, Maria Lúcia Almada Fernandes, 64, afirma que disciplina é o que falta nas outras escolas públicas. "Organização, administração e supervisão. É isso que precisa, porque assim funciona. Os outros colégios querem aprender isso conosco, pois na verdade o militarismo é um método de gestão".

Os alunos possuem uma série de deveres que devem cumprir, realização de tarefas e bom comportamento dentro e fora de sala. Sentar-se no chão e usar costeletas não é permitido. Quem infringe essas e outras regras recebe uma anotação no caderno de classe que resultará em uma pontuação. Ao chegar em 30 pontos o aluno recebe uma suspensão e, caso chegue em 90 pontos, assina um termo que se cometer qualquer outra transgressão será expulso do colégio. "Eu sempre falo para eles, vocês pensam que a empresa que irão trabalhar não será tão rígida quanto aqui? Será sim ou mais!", afirma o diretor tenente coronel da Polícia Militar João Carlos Neves Júnior, 47. Da mesma forma que existem punições, os alunos que se dedicam recebem gratificações. A média por trimestre é nota cinco e se o aluno alcança uma média entre sete e oito e meio ganha uma estrela



Com um método de ensino baseado na disciplina, o Colégio Militar Feliciano Nunes Pires, de Florianópolis, foi 1º lugar na prova do ENEM em 2014

prata que é colocada em sua farda. Ao final do ano, se conseguir manter sua média e tiver três estrelas, recebe uma de ouro para ser posta no lugar.

O resultado da prova do ENEM alega, mas não surpreende a diretoria do colégio. "Ano passado, dos 80 alunos que prestaram vestibular em universidades do estado, 71 passaram", revela o diretor João Carlos Júnior. A instituição não prepara o aluno para carreira militar e nem se iguala a escolas que preparam somente para as provas

de vestibular. Se o estudante desejar seguir a carreira militar é obrigatório que faça um curso superior.

Um espelho, que fica entre a sala dos monitores e as salas de aula, alerta em letras destacadas quem nele se vê, também está refletindo a imagem da instituição. Mesmo sabendo disso, alguns alunos se incomodam com as cobranças da impecável imagem. "Gosto muito quando posso vir de agasalho, cabelo solto e tênis. Esse sapato é apertado", afirma uma aluna, que garante que os amigos que não estudam no colégio se assustam ao saber das normas que ela deve respeitar. É dever do aluno providenciar seu uniforme e mantê-lo bem cuidado. "Acho que paguei R\$ 250 para mandar fazer a minha primeira farda, mas quando a pessoa não tem condições, o colégio dá", conta Alexandra Bernardo, 21, ex-aluna do CFNP.

Há um sorteio para definir a entrada de estudantes, sendo que 90% das vagas

destinam-se a filhos de funcionários da PM e professores do colégio, enquanto 10% é destinado à comunidade em geral. A instituição é pública e por isso não cobra mensalidade. Os pais podem contribuir de forma espontânea com cerca de R\$ 100 em forma de auxílio à escola. Eles também são constantemente atualizados sobre o desempenho dos filhos dentro e fora do colégio. Qualquer falta é devidamente checada via telefone pela direção da escola. Em frente à instituição, os policiais militares ficam de olho nos pequenos fardados. Atitudes consideradas danosas à imagem da instituição são devidamente comunicadas ao colégio, este sistema de controle é chamado de integração.

Os professores, que são civis, se baseiam no método de ensino conteudista, que coloca o professor como transmissor de cultura e como sistema de avaliação a quantidade de informações absorvidas pelos alunos. Utilizam há cinco anos os livros do Ministério da Educação em suas aulas. O golpe de 1964 pode ser abordado. "Se este assunto estiver contemplado no livro, ele será discutido. O professor de história tem liberdade para isso", garante o diretor. O major e comandante do ensino médio Miguel Angelo Silveira afirma que o golpe não tem nenhuma relação com a PM, por isso não há constrangimento em debater o tema. "O golpe de 64 foi um remédio muito amargo que ocorreu para que o nosso país não se tornasse um país comunista. Era o exército, e lá em Brasília. Houve uns atos absurdos, e essas pessoas devem ser punidas, mas de qualquer forma, hoje a Polícia Militar de SC e de todo país é uma polícia cidadã e de integra-

ção social". Quanto ao clamor de uma parte das manifestações pró-impeachment pela intervenção militar o diretor e major são enfáticos. "Toda intervenção não deve ocorrer. Somos contra. Quebra com qualquer forma de democracia. É por isso que ampliar e lapidar a consciência política, como fazemos aqui, é melhor do que remendar a situação com qualquer ato absolutista".

Além das disciplinas tradicionais, o colégio oferece o ensino de quatro línguas estrangeiras e a matéria de Instrução Geral da Polícia Militar que ensina os alunos para paradas cívicas, abrange primeiros socorros, estudo do Código Penal e da Constituição Federal e Estadual. A escola defende que prepara os alunos para a vida e dá forte apoio a eles nas

carreiras que decidirem seguir, sendo estas dentro ou fora da área da Polícia Militar. O gerenciamento de escolas públicas pela PM é contestado por profissionais da educação. "O tipo de disciplina militar é incompatível com a formação exigida para a vida social em uma sociedade democrática, pois ela é entendida como obediência estrita de hierarquia, das ordens dos superiores, da organização do trabalho pedagógico imposto, sem possibilidade de auto-organização do coletivo escolar", afirma o professor do Departamento de Metodologia de Ensino do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Mauro Titton.

Para a ex-aluna Maíra Pires de Andrade a educação militarizada é um retrocesso para a educação. "O ensino do colégio é excelente, não tenho dúvidas, as inúmeras regras que existem lá dentro até certo ponto são importantes para o nosso desenvolvimento, mas eu discordo de várias. A exemplo das experiências que passei no colégio, quem não se adequa às regras é expulso. Só permanece quem se adequa, portanto, a escola não irá ser a salvação para os maus elementos. Tenho orgulho de dizer que estudei no CFNP, mas o colégio não é a solução da sociedade e eu pensaria muitas vezes antes de colocar meu filho nele".

A PM tem autonomia para abrir mais de suas escolas nos estados. Hoje o Brasil conta com 93 colégios que seguem esse modelo e até o final do ano há a pretensão de aumentar este número para 109. Santa Catarina possui somente uma, na capital. Mas o diretor do CFNP garante que existe intenção de abrir outras escolas do estado. "É um assunto de interesse do governador. Começaríamos nas grandes cidades, como Lages, Joinville, Chapecó e Criciúma, cidades polo do estado".

Atitudes danosas à imagem da instituição são comunicadas ao colégio pelos PMs

Ana Carolina Fernandes
anacarolinafernandes@gmail.com
Leise Silva
leisilie.caroline@gmail.com

Discussão de gênero pode ser cortada do PEE

Metas do Plano Estadual de Educação foram alteradas após pressão feita por setores religiosos

Em nome das mães e em nome da família, Kátia Coutinho pediu que a ideologia de gênero fosse retirada do Plano Estadual de Educação, "pelo amor de Deus". Foi assim que ela encerrou sua fala na última Audiência Pública do ciclo de oito debates regionais realizados pela Comissão de Educação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Cerca de 2,5 mil pessoas participaram das reuniões realizadas para colher sugestões de possíveis emendas ao projeto de lei referente a implantação do Plano Estadual de Educação (PL 227/2015), que ainda está em trâmite no Legislativo. Kátia e outras seis pessoas, que não quiseram conversar com o Zero, faziam parte do grupo Representantes da Família, contrários ao que chamavam de "ideologia de gênero" nos Planos de Educação.

Elabora- do a partir da Conferência Nacional de

Educação de 2010, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas para os próximos dez anos e estipula que os estados e municípios também elaborem estratégias para que esses objetivos sejam monitorados e cumpridos localmente. Senadores e deputados passaram mais de três anos debatendo nas comissões até definirem o projeto de lei final, sancionado pela presidente Dilma Rousseff em 2014 (Lei 13.005/2014). A primeira proposta do PNE previa acrescentar o ensino sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas. Tais questões causaram intensos debates e trechos referentes a elas foram retirados do documento por segmentos mais conservadores do Senado Federal.



Baseado nas dez diretrizes do PNE, o Plano Estadual de Educação (PEE) foi elaborado após 472 conferências, que

aconteceram em todos os municípios catarinenses. A versão inicial do PEE abordava o respeito à diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual em cinco estratégias, que foram alteradas pela remoção de alguns termos. A professora Vera Bazzo, membro do Fórum Estadual de Educação de Santa Catarina, explica que "o plano foi completamente desfigurado no que diz respeito à questão da diversidade, principalmente a diversidade de gênero. O Fórum Estadual de Educação não teve autonomia para elaborar a versão final que foi à Assembleia Legislativa, passando antes por fóruns conservadores. Tentamos recolocar algumas propostas durante as audiências públicas, mas não sei até que ponto garantiremos algumas delas".

O principal argumento de quem é contrário à inclusão do termo 'gênero' nos planos de educação é o caráter ideológico da palavra. O que se entende como ideologia de gênero é

que gênero e órgão sexual são coisas distintas. Entretanto, não há nenhuma menção ao ensino específico desse conceito nos Planos de Educação. O pastor da Assembleia de Deus e deputado estadual Ismael dos Santos (PSD) defendeu a supressão do termo nos documentos, "considerando que o conceito de Identidade de Gênero consiste no esvaziamento jurídico do que percebemos como gênero masculino e feminino". O deputado defendeu, ainda, que esse conceito não possui base científica, e que incluí-lo no PEE significaria impor um instrumento ideológico demolidor da família tradicional.

No final de julho, após reunião com líderes religiosos, o prefeito Cesar Souza Jr. (PSD) garantiu que o Plano Municipal de Educação não faria menção à identidade de gênero ou sexualidade. Em entrevista ao *Diário Catarinense*, o prefeito afirmou que sua opinião se apoiou em questões pedagógicas e técnicas, não religiosas.

O Zero tentou contato com o prefeito, mas não recebeu resposta até o fechamento desta edição.

Enquanto as escolas de Santa Catarina não são instruídas a discutir esses temas em sala de aula, algumas iniciativas surgem para tentar suprir essa necessidade. Uma delas é o projeto Papo Sério, vinculado ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividade da UFSC, que promove discussões sobre gênero e sexualidade em escolas públicas de Florianópolis. Marisa Naspolini faz parte do projeto desde 2007 e explica que os setores ligados à educação já entendem que as questões de gênero devem ser tratadas na escola, pois são assuntos que os próprios estudantes trazem para discussão. "Vemos nas escolas que as crianças vivem nos seus cotidianos situações ligadas às questões de gênero e, por isso, elas precisam conversar sobre o assunto. Essa necessidade continuará existindo independentemente dos professores abordarem esse tema nos planos das disciplinas".

Débora C. Baldissera
de.baldissera@gmail.com
Matheus G. Faisting
mfaisting@gmail.com

Olesc é enfim confirmada, mas com cortes financeiros

Parajesc também será realizado com menor orçamento

O Governo do Estado anunciou a reconfirmação das Olimpíadas da Juventude Catarinense (Olesc) e dos Jogos Paradesportivos de Santa Catarina (Parajesc), após ter divulgado há três semanas o seu cancelamento. Para que os jogos ocorram, serão necessários cortes de aproximadamente 61% na verba prevista.

No dia 12 de agosto, a Fundação Catarinense de Esporte (Fesporte) lançou uma nota oficial na qual alegava que a não realização dos jogos era motivada por falta de alojamentos e espaço no calendário escolar. No entanto, a reunião entre o governador e profissionais do esporte de rendimento teve como pauta principal a redução dos custos desses eventos.

A Olesc, que receberia um investimento total de R\$ 2 milhões, será realizada com R\$ 1 milhão. Já o orçamento do Parajesc passou de R\$ 690 mil para apenas R\$ 45 mil. De acordo com a Secretaria de Comunicação do Estado, o Parajesc teve um corte de

custos maior porque acontecerá simultaneamente aos Jogos Escolares de Santa Catarina (Jesc) em São Miguel do Oeste.

A atleta do basquete de Campos Novos, Daiane Palavro, busca ser contratada por uma equipe profissional e viu seu sonho ficar mais longe com o cancelamento da Olesc. "Eu quero ser vista por um olheiro porque no esporte de rendimento quanto mais cedo, melhor. A Olesc seria a oportunidade perfeita pra isso".

A confusão tomou conta das equipes de base do Estado devido a incerteza da realização dos eventos. Em junho, a Secretaria de Esportes e Juventude de Chapecó, que sediaria o Parajesc, enviou um ofício de desistência alegando a falta de espaço no calendário escolar. Em seguida, atletas e treinadores das equipes paradesportivas foram novamente surpreendidos com a escolha das cidades de Araranguá e Balneário Arroio do Silva como sedes substitutas. No início de agosto, a Secretaria do Turismo, Cultura e Es-

porte (SOL) e a Fesporte anunciaram o cancelamento dos jogos.

Em entrevista ao Zero, Francisco do Carmo, secretário de Esportes de Curitiba, cidade que sediaria a Olesc antes da reconfirmação da realização dos jogos, informou que os motivos da suspensão alegados na nota divulgada pela Fesporte não condiziam com a realidade do município, que já teria programado quase todo o evento. De acordo com o secretário, o problema que a fundação e a secretaria estadual enfrentaram sempre foi financeiro. O repasse de R\$ 300 mil, que deveria ter sido feito à cidade-sede em junho, não foi recebido e a comissão organizadora sequer foi avisada com antecedência sobre o cancelamento.

A falta de verbas confirmada pela assessoria da SOL já estava prevista antes mesmo de virar notícia. No Portal da Transparência do Poder Executivo, a receita orçada para a Fesporte em 2015 é de R\$ 6.142.354,00, cerca de 46% a menos que em 2014 e 57% a menos que em 2013.



Incerteza altera rotina de atletas como Daiane, que sonha estar em uma equipe profissional

De acordo com o calendário divulgado pela Fesporte no último dia 11, o Parajesc acontecerá junto com o Jesc (15 a 17 anos) na cidade de São Miguel do Oeste de 9 a 12 de outubro. Já as etapas regionais da Olesc serão realizadas de 29/10 a 03/11, enquanto a estadual ocorrerá em Jaraguá do Sul de 25 de novembro a 05 de dezembro.

Nota: No processo de fechamento

desta edição, o presidente da Fesportee, Marcelo Kowalski, pediu exoneração do cargo alegando problemas de saúde. Em seu lugar foi indicado o então Diretor de Logística de Eventos, Osvaldo Juncklaus.

Ariane Cupertino
ariane.mcupertino@gmail.com
Gisele Bueno
giselecbueno95@gmail.com

Só os homens têm chance no hóquei sobre a grama

Machismo, brigas políticas e poderio familiar afetam o futuro do esporte no circuito do país

Atléticas da seleção feminina de hóquei sobre a grama enviaram à Confederação Brasileira (CBHG) uma carta acusando o órgão de omissão, descaso, falta de planejamento e comprometimento com o time e favorecimento da seleção masculina — que recebia a maior parte das verbas destinadas ao esporte. Enviado no mês de julho, o documento foi uma última tentativa de mudar essa situação.

O hóquei sobre a grama feminino pode ser a única modalidade na qual o Brasil não terá representação nos Jogos Olímpicos do Rio de 2016. Em 2014, a equipe feminina participaria do 1º Round da Liga Mundial, em Guadalajara, no México. A competição era a mais importante do ano e a única chance de a seleção melhorar seu posicionamento no ranking da Federação Internacional de Hóquei (FIH) e conseguir a classificação para as Olimpíadas. A Confederação alegou falta de verba, mas na carta, assinada por 46 atletas — 26 de Santa Catarina —, as jogadoras afirmam que não foram a essa competição porque a CBHG deci-

diu reverter os recursos financeiros para a preparação da seleção masculina, que passou três meses treinando na Holanda. “Esta foi uma das muitas ações que vêm acontecendo para destinar todos os recursos para a seleção masculina, visto que o técnico é filho do presidente da Confederação”, declarou a atleta Patrícia Boos, do Hóquei Clube Desterro, que defendeu a seleção brasileira de 2006 a 2014.

Em nota oficial, a CBHG se defendeu usando o argumento de que foram analisadas as possibilidades técnicas de classificação das duas seleções para as Olimpíadas de 2016. “Concluiu-se que a seleção feminina não teria qualquer chance de se classificar para os Jogos Olímpicos, mas a seleção masculina, com investimentos adequados, poderia alcançar tal objetivo. Chegou-se então ao entendimento entre Comitê Olímpico do Brasil (COB) e CBHG de que os recursos destinados à preparação das equipes de alto rendimento deveriam ser direcionados para a preparação da seleção masculina de hóquei”, diz o documento assinado pelo presidente da Confederação, Sidney Rocha.

A atleta Patrícia Boos discorda: “Diante das equipes que participaram e dos resultados, arrisco dizer que a seleção feminina poderia ter feito um papel melhor que o masculino”. Ela acrescenta que essa postura da CBHG de “desistir por falta de chances de vitória” não impediu que, em 2012, a seleção masculina fosse para o Pré-Olímpico de Kakamigahara, no Japão, onde perdeu todos os jogos.

A outra possibilidade de classificação da seleção feminina para as Olimpíadas de 2016 era ficar entre as sete melhores do Panamericano de Toronto, mas a equipe não participou das competições

que a levariam para este campeonato também por falta de verba. “Se tivessem planejado melhor poderiam ter ajudado as duas seleções a conseguir a vaga, ou pelo menos ter tentado até o final. Se o masculino já teria chances no Pan, por que não levar o feminino na Liga Mundial? Mas preferiram levar só eles também. Desde 2007 poderiam ter evoluído com campos e projetos, mas vimos falta de atitude para conquistar o que outros esportes conseguiram com menos dinheiro”, declarou Lisandra Souza, ganhadora do Prêmio Brasil Olímpico e atleta do Hóquei Clube Desterro.

O time masculino foi eliminado da Liga Mundial no México e ficou no terceiro lugar, não avançando para o Round 2. Apesar disso, conseguiu classificação inédita para os Jogos Olímpicos no Panamericano, em

Toronto. Eles precisavam ficar entre as sete primeiras posições, conquistaram o quarto lugar. Diante desse resultado, a equipe masculina

agora tem um calendário de competições que envolvem o Panamericano, o Pan-American Challenge, um evento teste para as Olimpíadas de 2016 e treinamentos na Europa entre essas competições.

No documento enviado pelas atletas à CBHG, elas afirmam que os R\$ 4,9 milhões liberados pelo Ministério do Esporte para o hóquei sobre a grama foram inteiramente destinados à equipe masculina, comandada por Cláudio Rocha, filho do presidente da CBHG, Sidney Rocha. Em 2014, o valor foi de R\$ 1,7 milhão e teve o mesmo destino. Segundo o diretor de Comunicação da CBHG, Javier Rubin, a verba para manter os times vem da Lei Agnelo/Piva e “para a preparação da seleção masculina para os Jogos Olímpicos, a CBHG fez um convênio com o Ministério dos Esportes. Sem essa verba teria sido impossível fazer uma boa preparação visando a classificação para os Jogos Olímpicos.”

As Federações de Hóquei dos Estados de Santa Catarina e de São Paulo convocaram uma Assembleia Geral Extraordinária. A reunião tinha como objetivo analisar o comunicado sobre os motivos de não enviar a Seleção Feminina de Hóquei para o 1º Round da Liga Mundial. A Confederação não reconheceu como válida



Atletas de Florianópolis não participaram da seletiva realizada dia 20 de agosto em protesto

essa convocação, alegando que as federações não podiam convocar assembleias pois perderam a condição de voto após não promoverem, no ano de 2014, campeonato na categoria Adulto. Além disso, acusou a Federação de SC de ter desistido do aporte financeiro oferecido pela mesma para que a Seleção Feminina fosse à Liga Mundial, diante da possibilidade de participação de muitas atletas daquele estado.

Além da questão financeira, a carta das jogadoras levantou a questão da falta de iniciativa, de planejamento e de comprometimento. O time feminino está há mais de um ano sem treinamento e não tinha técnico contratado até agosto, apenas cinco meses antes de sua próxima competição, o Pan-American Challenge 2015, que acontecerá no Peru. No documento, elas também apontaram atitudes machistas no esporte: “Queremos um tratamento igualitário! Dar mais apoio ao masculino é um reflexo do machismo que temos dentro da nossa Comissão. Aceitarmos caladas e ficarmos reféns do nosso sonho de integrar a Seleção Brasileira, com medo de represálias, não mudará a realidade do hóquei no Brasil”.

Toda a situação contribuiu para que algumas das melhores atletas do país optassem por não participar

da seletiva para o Pan Challenge, realizada em Florianópolis no dia 20 de agosto. “Desde que estou na seleção, todos os testes foram feitos em finais de semana. A maioria das atletas trabalha e estuda e muitas não conseguiram liberação para realizar os testes. Este fato já é visto por nós como um boicote por parte dos gestores da CBHG, que estavam cientes do problema. As atletas mandaram reivindicações para a alteração do dia, mas a CBHG não cedeu”, afirma Patrícia Boos, que

está saindo do Brasil para jogar a primeira divisão do campeonato francês e não poderá mais representar o seu país. “Fico com o coração partido, mas como não

fui valorizada nesses quase dez anos defendendo a camisa brasileira, vou seguir com projetos pessoais”, conta. Ela afirma ainda que esse é um sentimento geral: “As meninas estão muito chateadas e cansadas de abrir mão de suas vidas profissional e pessoal para defender o nosso país e não obter retorno. Não somos valorizadas pelo que fizemos até aqui”.

Modalidade pode ser a única na qual o Brasil não estará representado nas Olimpíadas de 2016

Bruna Ritscher
brunaritscher@gmail.com
Marina Simões
marinasimoes31@gmail.com
Paula Barbabela
paulabarbabela@gmail.com



Nova cara do Mercado Público nega tradições

Últimas reformas alteram caráter do local onde mais se deveria valorizar a cultura manezinha

O primeiro Mercado Público de Florianópolis era um prédio simples, localizado na praça Fernando Machado, perto da Praça XV, entre as décadas de 1820 e 1830. Os governantes da época decidiram mudar o Mercado para onde fica atualmente com o objetivo de torná-lo mais limpo, pensando em ilustres visitantes. O casal Imperial, Dom Pedro II e a Imperatriz Teresa Cristina passariam por Santa Catarina entre outubro e novembro de 1845.

O historiador Francisco do Vale Pereira conta que desde meados do século XIX, o Mercado Público teve a função de escoar a produção local: frutas, grãos, carnes, embutidos, pescados, frutos do mar, utensílios domésticos, a produção de cerâmica, ferramentas, armarinhos, cestarias e muito mais. Relata também que o prédio tinha contato com o mar, pois o grosso da produção agrícola e pesqueira das comunidades mais afastadas do Centro Capital, chegava pelas águas em

canoas, botes e, principalmente, em baleeiras. Muitos produtos vinham do lado continental e, pela falta de uma ponte, chegavam em embarcações. As rendeiras traziam a sua arte (renda de bilro, renda de tramoia, renda miúda, renda de crivo) para ser oferecida no mercado e arredores.

Pereira lembra que muitas culturas estiveram e estão presentes no Mercado Público, sejam elas dos colonizadores açorianos, dos negros e dos indígenas. “A base da população local, de renda média e baixa, era formada pelos descendentes dessas etnias”, relata. Outros povos ficam evidentes na formação da população local, mas em número menor. Cita os sírios libaneses, árabes e turcos, que eram vendedores de panelas e utensílios de casa e cozinha; os portugueses administravam os açougues; as fazendas e panos eram comercializados pelos gregos. Essa amálgama foi que caracterizou o Mercado Público de Florianópolis.

Para o historiador, o cheiro da cidade está no Mercado. “Eu ouço as

peças dizendo que não vão ao mercado porque aquele cheiro de peixe incomoda o seu refinado nariz. Ora! O cheiro do mar está ali no Mercado, por mais que ele esteja, hoje, afastado das águas da nossa baía. Como é bom passear pelo Mercado e sentir o cheiro das flores, das linguças e carnes-secas, dos peixes, de camarão, de siri ainda vivo, de ostra fresquinha, de fritura de pastel, de peixe-frito... tudo isso só tem num Mercado”. São essas coisas que nos levam ao nosso próximo entrevistado.

Henrique Ortiga, 53, administrador, gosta de frequentar e “sentir” o Mercado Público de Florianópolis há 30 anos. Para ele, ali é a sala de visita cultural da cidade. Espaço para encontros onde convivem engraxates, intelectuais, desembargadores e pescadores. “É comunidade!”, afirma. Três décadas de andanças pelo vão central, indo da ala sul para ala norte, fizeram com que Kiko, como é conhecido entre os amigos, se tornasse um especialista sobre a história do Mercado Público de Florianópolis.

Ele conta que, nos tempos áureos do Mercado, todas as manhãs de sábado as pessoas chegavam de Palhoça, São José, Tijucas e de Biguaçu. Vinham primeiro para o Mercado e só depois iam para a praia. A efervescência chegava ao ápice por volta das 10h. As mesas dos bares do Alvim e do Zezinho ficavam lotadas. Ortiga chegava sempre antes, às 9h, “pra dar uma banda”, e a cada passo cumprimentava algum conhecido, chamando os garçons pelo nome. “Sempre existiu uma força cultural em volta, uma tradição”.

O Mercado Público passou por um trabalho de recuperação que começou em 18 de novembro de 2013. Foram gastos R\$ 14,8 milhões nas obras das alas norte e sul e no vão central, com reforma das paredes, telhados, pisos, portas, janelas, pintura; rede elétrica, hidrossanitária e preventivo de incêndio. Os boxes foram padronizados e um “mix” de comércios reformulados para abrigar 54 tipos diferentes de atividades.

A reinauguração da ala sul, foi em uma quarta-feira, 5 de agosto. Nesse dia, o telefone de Ortiga tocou ininterruptamente. Para ele foi uma quarta-feira cinzenta. Não se deixou impressionar pelo alarido da mídia e pelas atrações marcadas para o momento que o Mercado se abriria novamente ao povo.

— Tãx no Mercado? — algum companheiro de boemia do outro lado da linha perguntava.

— Não. Vou esperar a poeira baixar. — respondia, inconformado.

Só na sexta-feira decidiu iniciar sua romaria para ver se encontrava os companheiros. Cumpriu o hábito: chegou por volta das 9h, passou pelos novos bares, tudo novo, limpinho, parecido com um shopping. A caminhada durou meia hora. Viu apenas três conhecidos. Pensou cabisbaixo: É outro povo. Sentiu-se um peixe fora d'água. No sábado repetiu a jornada e mais uma vez se sentiu um estranho no ninho. Foi buscar abrigo no bar do Alvim, que mudara-se para a Rua Tiradentes, encontrou alguns conhecidos e procurou certificar-se se o problema era com ele. Mas entre os

fregueses foi unânime o não pertencimento ao novo Mercado.

“O Mercado é o povo e o povo é o Mercado”, filosofa Ortiga enquanto sorve uma cerveja “longuineti” sentado numa das mesas (com propagandas da Coca-Cola) do vão central. As pessoas não vão ficar longe do Mercado. Porque para esse perfil não tem lugar mais interessante. Haverá uma insurreição e voltará o fluxo das pessoas. Os comerciantes que conseguirem cativar meia dúzia dos clientes que vivem e conhecem a história desse lugar vão “dar um banho”. “Não é mesmo Lourenço?” Busca apoio no garçom que há 10 anos trabalha no mercado e que confirma a aposta do amigo.

O Mercado é lugar do verdadeiro comércio, onde se negocia cara a cara com o comerciante, onde se conhece os garçons pelo nome, espaço comunitário. Os Mercados Públicos sempre foram palco onde a vida se mostra sem ensaios. Cenários da literatura e a história viva do lugar. É um pequeno espaço onde cabe a imensidão do povo que ali vive e constrói a cidade. João do Rio, um dos primeiros a narrar a vida a partir dos lugares por onde circulam as gentes, sabia que a singularidade e a particularidade de cada lugar é que o torna universal. Não uma coisa uniforme, que se pode ver em qualquer parte. Preservar as características de um Mercado não é apenas manter sua arquitetura é também preservar uma maneira de viver. No caso do Mercado Público de Florianópolis o jeito simples e feiço do mané da Ilha.

Luiz Gabriel Braun
luizbraun08@gmail.com
Roberto Granzotto
roberto.granzotto@gmail.com
Rubens Lopes
rubenslopes1986@gmail.com



Ortiga, exímio frequentador, vê mudança de público após reinauguração